

Relatório de Atividades 2022



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

Expediente

Governador do Estado
Eduardo Leite - até 31.03.2022
Ranolfo Vieira Júnior - a partir de 31.03.2022

Secretário de Estado da Fazenda
Marco Aurelio dos Santos Cardoso - até 04.08.2022
Leonardo Maranhão Busatto - a partir de 04.08.2022

Secretário Adjunto da Fazenda
Jorge Luis Tonetto - até 01.10.2022
Carlos Mario Lima de Souza - a partir de 08.11.2022

Contador e Auditor-Geral do Estado
Rogério da Silva Meira

Subsecretários Adjuntos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
Gilberto Fonseca Raymundo
Carlos Geminiano Rocha Rodrigues
Antônio Carlos Ferreira Kehrwald

Coordenação de Gabinete
Viviane Wagner

Gabinete
Priscilla Mendes Machado Matos

Chefes de Divisão

Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)
Jociê Rocha Pereira

Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI)
Eduardo de Oliveira Garcia

Divisão de Informações Estratégicas (DIE)
Liege Munhós de Campos

Divisão de Estudos e Orientação (DEO)
Luiz Felipe Corrêa Noé

Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC)
Felipe Severo Bittencourt

Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)
Sílvia Lauer

Assessorias

Assessoria de Planejamento
Marcos de Oliveira Ramos
Marcus Guttler Pizzato

Assessoria de Comunicação
Fernando Beltrão de Castro Jobim
Gisele Gonçalves

A Cage

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) - órgão central do sistema de controle interno do estado do Rio Grande do Sul - desempenha funções institucionais junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, junto ao Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A Cage exerce suas funções institucionais nas áreas de Controladoria, Contabilidade, Auditoria, Integridade, Compliance, Transparência e Controle Social, englobando a Administração Direta e Indireta do Estado.

Palavra do Contador e Auditor-Geral do Estado

Apresenta-se o Relatório de Atividades relativo ao ano de 2022, em especial à sociedade gaúcha e ao Governo do Estado, a fim de que bem possa ser conhecido e avaliado o quanto a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) atuou, nesse período, para cumprir as magnas competências que lhe foram constitucionalmente conferidas.

A gestão do sistema de controle interno do Estado constitui múnus de elevada complexidade, tendo-se em conta, sobretudo, a expressiva estrutura e o patrimônio da Administração Estadual, o volume de transações que realiza em cada exercício, e os recursos que movimenta para tanto. Tal estrutura compreende, atualmente, 41 órgãos, 64 fundos especiais, 9 autarquias, 12 fundações, e 17 empresas. Desconsiderados os saldos destas últimas, ao final de 2022, os ativos patrimoniais totalizaram R\$ 94,7 bilhões; e os passivos, R\$ 317,2 bilhões; enquanto que, no exercício, foram registrados R\$73,2 bilhões em receitas, e R\$ 69,8 bilhões em despesas. Isso tudo foi ou está submetido, em alguma medida, a determinados controles, cujo fortalecimento cabe à Cage promover e/ou assegurar.

No intuito de lograr ainda mais efetividade no desempenho das macrofunções de contabilidade, controladoria, auditoria, orientação, combate à corrupção, integridade e transparência, o Órgão dedicou-se, em 2019, a definir o seu mapa estratégico para o quadriênio que findou em 2022, processo este em que reafirmou seu propósito e missão nos seguintes termos

Propósito: Qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha.

Missão: Promover a boa governança dos recursos públicos por meio de orientação, controle, combate à corrupção e estímulo ao controle social.

Assim como nos anos anteriores, o referido mapa estratégico orientou a elaboração do planejamento das metas e ações para 2022, atividade que também se buscou aperfeiçoar, a fim de que fossem alcançados maiores níveis de otimização da sua força de trabalho e dos demais recursos.

Os principais resultados obtidos no período, além de informações quanto à história, à estrutura e ao quadro de pessoal da Cage são descritos, pois, neste Relatório, o qual é apresentado sob os seguintes tópicos:

- Institucional e Governança;
- Orientação ao Gestor Público;
- Controle Interno;
- Auditoria;
- Contabilidade;
- Integridade, Compliance e Combate à Corrupção;
- Transparência e Controle Social;
- Pessoas e Conhecimento.

Cabe ressaltar que as seis Divisões integrantes de sua estrutura desempenham atividades rotineiras, inadiáveis e imprescindíveis à gestão do Estado. Não obstante e sem exceção, tais Unidades incumbiram-se de prosseguir e/ou finalizar projetos estruturantes, seja para a otimização de processos ou para o fortalecimento de controles.

O conjunto dessas realizações certamente constitui motivo de orgulho a todos os colaboradores que compuseram a força de trabalho da Cage no período em tela. A todos, manifesto meu agradecimento pelo comprometimento e pela competência demonstrados na busca de soluções ainda mais efetivas para a qualificação do sistema do controle interno do Estado.

Rogério da Silva Meira,
Contador e auditor-geral do Estado

Sumário

INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA..... 6

Linha do Tempo.....	7
Estrutura Organizacional	8
Mapa Estratégico	9
Cage no Conaci	10
CAGE News	12
Projetos Estratégicos.....	13
Projeto de Reestruturação.....	14
MINA	15
Projetos de Governo.....	16
Publicação.....	17

ORIENTAÇÃO AO GESTOR PÚBLICO 18

Expedientes Atendidos	19
Manual de Orientação do Gestor Público	20
Pesquisa de Satisfação	21
Normativos	22
Sincage	23
Plantão CASP	24
Grupo Setorial de Custos (GSCs)	25

CONTROLE INTERNO 26

Qualificação das Ações de Controle	27
Modernização de Processos	28
Sistema FPE	29
Benefícios Gerados	32
CAGE Gerencial.....	33
FPE Mobile.....	34

AUDITORIA 35

Controle da Administração Direta	36
Controle da Administração Indireta	38
Modernização do processo de Auditoria	40
Publicação	41

CONTABILIDADE 42

Qualificação Contábil.....	43
Guia de Lançamentos Contábeis	44
Publicação	45

INTEGRIDADE, COMPLIANCE E COMBATE À CORRUPÇÃO 46

Integridade e Lei Estadual Anticorrupção.....	47
Programa Nacional de Prevenção à Corrupção	48

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL 49

Portal da Transparência do RS.....	50
Portal Convênios e Parcerias RS.....	51
Convênios e Parcerias RS.....	52
Lei de Acesso à Informação	53

PESSOAS E CONHECIMENTO 54

Pessoas	55
Evolução do quadro	56
Reposição do quadro de pessoal	57
Auditores da Cage.....	58
Técnicos da Cage.....	59
Capacitação.....	60
Capacitação Interna.....	61
Transmissão de Conhecimento e Eventos	62
Grupos de Trabalho (Internos)	64
Grupos de Trabalho (Externos).....	67
Cage presente e futuro.....	70

Institucional e Governança

The background of the slide is a solid teal color. On the right side, there is a large, abstract graphic composed of several concentric, rounded rectangular shapes. A white spiral line starts from the center of these shapes and winds outwards, creating a sense of depth and movement. The overall design is clean and modern.

Linha do Tempo

Nascimento

Criada em 28 de dezembro de 1948, por meio da Lei nº 521, a Contadoria - Geral do Estado nasceu com intuito de conferir maior agilidade e confiabilidade às informações contábeis, uniformizando procedimentos e harmonizando a atuação dos órgãos estaduais. Além das atividades próprias da contabilidade, a Contadoria já exercia, à época, funções típicas de controle interno, como colaboração com o Tribunal de Contas.



Criação do Sistema de Contabilidade e Auditoria do RS

Foi instituído, após 22 anos de criação da Contadoria-Geral do Estado, por meio do Decreto nº 20.193 de 1970, o Sistema de Contabilidade e Auditoria do Estado do RS, que tinha como órgão central a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. A ocasião marcou a mudança de denominação do órgão, e institucionalizou a função de auditoria com a criação da Divisão de Auditoria.



Lei Orgânica

Publicada a Lei Complementar nº 13.451, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, estabelecendo suas funções institucionais e organização, e disciplina o regime jurídico do cargo da carreira de auditor do Estado.



1948

1949

1970

1989

2010

2020



Avanço

A Lei nº 731 criou o quadro de pessoal da Cage, inicialmente composto por contadores, guarda-livros e auxiliares de contabilidade.



Constituição Estadual

A Constituição Estadual, promulgada em 3 de outubro de 1989, em seu artigo 76, atribuiu à Cage a responsabilidade de coordenar o sistema de controle interno do RS. Determinou, ainda, que sua atuação se daria junto às unidades administrativas dos três Poderes estaduais, o que é uma peculiaridade da Constituição gaúcha.

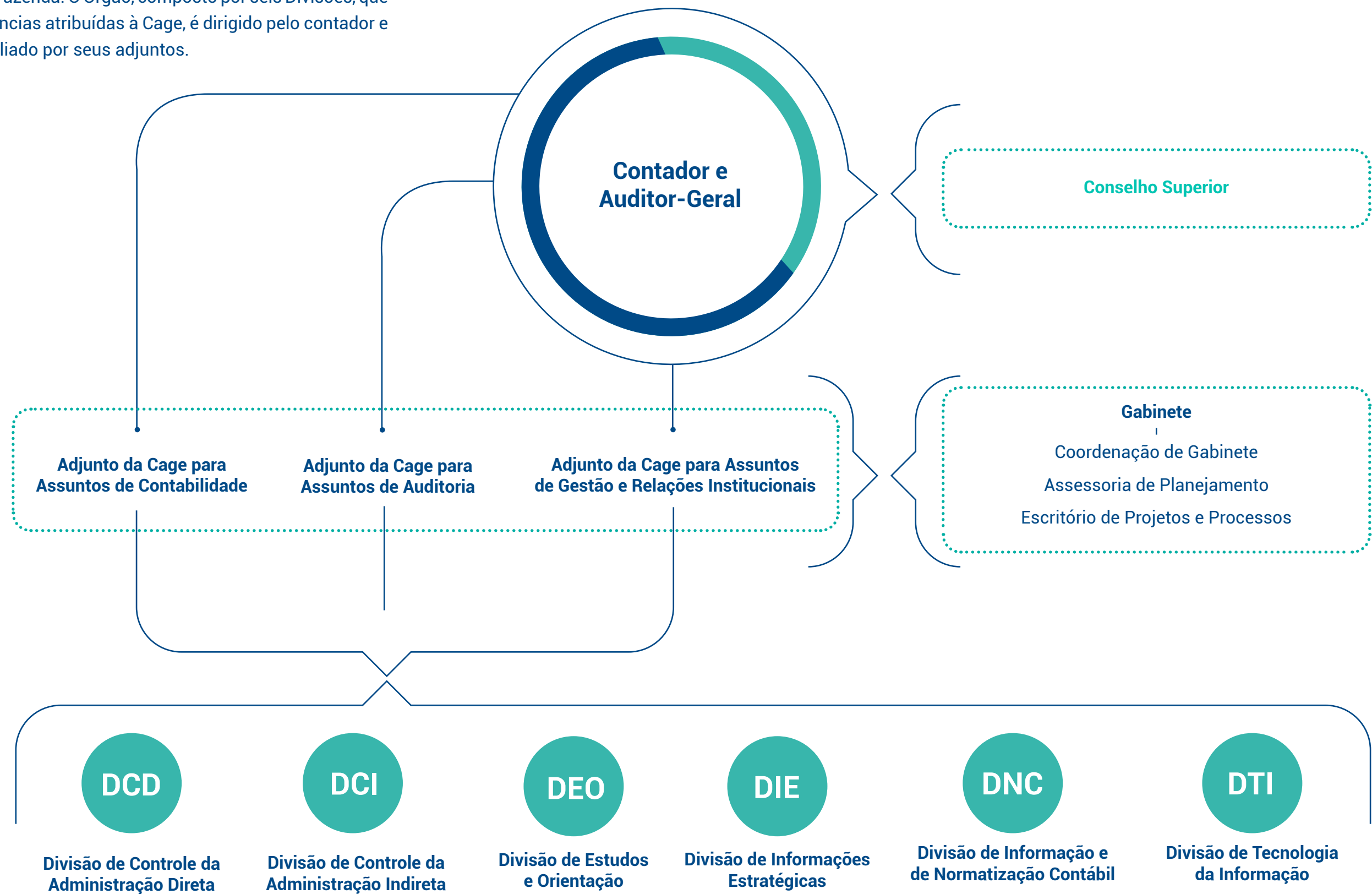


Atualização da Estrutura Administrativa

Visando a um maior alinhamento aos processos e níveis de governança atuais, à sua Lei Orgânica e ao seu planejamento estratégico, a estrutura administrativa da Cage e as competências de suas unidades administrativas foram atualizadas através das publicações do Decreto Estadual nº 55.290/2020 e da Portaria Sefaz nº 26/2020.

Estrutura Organizacional

Na estrutura organizacional do Estado, a Cage é uma das três subsecretarias integrantes da Secretaria da Fazenda. O Órgão, composto por seis Divisões, que atuam nas diversas competências atribuídas à Cage, é dirigido pelo contador e auditor-geral do Estado, auxiliado por seus adjuntos.



Mapa Estratégico



Cage no Conaci

A Cage, representada pelo contador e auditor-geral do Estado, Rogerio da Silva Meira, integra o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), colegiado que, atualmente, reúne 48 membros titulares - composto pelas controladorias da União, de 26 Estados, do Distrito Federal e de 20 Municípios-capitais - e 19 membros associados - composto por controladorias de Municípios não-capitais e de outros Poderes que não o Executivo.

O Conaci promove a integração dos órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil, beneficiando a sociedade, estados e o país. Atua por meio do intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, exercendo um papel mobilizador fundamental para a construção de uma gestão pública mais eficiente e assertiva, criando e promovendo sistemas de controle.

Reuniões Técnicas e principais pautas

41ª RTC	42ª RTC	43ª RTC	44ª RTC
24 e 25 de março de 2022 - Natal/RN	30 de junho e 01 de julho de 2022 - Porto Velho/RO	23 de setembro de 2022 - Cuiabá/MT	10 e 11 de novembro de 2022 - Fortaleza/CE
<ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC);• Resultados da ENCCLA em 2021;• Controle concomitante da execução da despesa pública;• Nova Lei de Licitações;• Sistema "Governance Risk Assessment System (GRAS)" - Projeto Banco Mundial.	<ul style="list-style-type: none">• Diálogo entre Controle Interno e Externo;• Tomada de Contas Especial e Investidura no cargo do Controlador;• Resultado do diagnóstico das Unidades Centrais de Controle Interno de Municípios;• Estruturação de Fóruns Estaduais de Controle Interno.	<ul style="list-style-type: none">• Conselho dos Usuários de Serviços Públicos;• Aplicação do Modelo das 3 linhas em Processos Licitatórios e Contratuais;• Novo Sistema (software) de Controle Interno da CGE-MT.	<ul style="list-style-type: none">• Governança em transformação digital;• Estudo sobre programas de integridade no contexto da nova lei de licitações, pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (ONU/UNODC);• Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2015 como ferramenta de melhoria contínua de processos e pessoas;• Desafios e inovações da transparência e da avaliação de serviços públicos.
 		 	

Cage no Conaci

XVIII Encontro Nacional de Controle Interno

21 e 22/09/22 Cuiabá/MT	Cursos EAD	Webinários	Principais Ações Estratégicas Realizadas
<p>Principais temas:</p> <ul style="list-style-type: none">• O Papel da Políticas Públicas na Promoção de Igualdades;• Equidade de Gênero como Instrumento de Justiça no Ambiente de Controle;• Inovação e o Impacto da WEB3: Metaverso e Blockchain no Controle Interno;• O Futuro da Liderança: Engajamento de Equipes e Laboratórios de Inovação;• Licitações Públicas: Como Entender as Atualizações Constantes;• Um Olhar para os Municípios: Controle Social e a Boa Governança;• Governança, ESG e Integridade: Um Caminho Sem Volta.	<ul style="list-style-type: none">• Formulação de Programas e Planos de Integridade no Setor Público;• 10 anos da LAI: Harmonização com a LGPD e a Visão Prática de Futuro (capacitação complementar ao webinar sobre o mesmo tema);• Comunicação, Técnicas de Apresentação e Media Training; e Técnicas de Investigação e Tópicos Especiais da LAC.	<ul style="list-style-type: none">• Como as Ciências Comportamentais podem tornar os programas de compliance anticorrupção mais efetivos;• 10 Anos da LAI: Harmonização com a LGPD e Visão Prática de Futuro;• O Papel do Controle Interno na Governança Ambiental.	<ul style="list-style-type: none">• Promoção, em parceria com o Banco Mundial, do Diagnóstico Nacional de Controle Interno para Municípios;• Promoção de cursos online com o Instituto de Defesa da Cidadania e da Transparência (IDCT);• Parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon);• Parceria com a Transparência Internacional - Brasil em prol do meio ambiente;• Promoção de eventos que discutem os temas de Governança e Controle Interno;• Ampliação das estratégias de comunicação para fortalecimento dos resultados das ações do Conaci, por meio da divulgação em todas as suas redes sociais e da promoção de posts no Facebook e Instagram e vídeos no Youtube para engajamento;• Ampliação do site Mulheres no Controle;• Edição do Livro do Conaci feito só com artigos de mulheres.

CAGE News

Em 2022, a Divisão de Estudos e Orientação (DEO/Cage) produziu e fez a remessa de 170 edições do Cage News aos servidores do Estado. O informativo é enviado por e-mail e distribuído somente em dias úteis, contendo um resumo das principais notícias de interesse do controle interno, veiculadas na imprensa estadual e nacional. Também tem espaço no Cage News para publicidade de novas Leis e Decretos relevantes aos servidores



Última edição de 2022

Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos: **Implantação da Lei Estadual Anticorrupção (Lei nº 15.228/2018)**, **Portal da Transparência Unificado** e **MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria**, nos quais a Cage atua, na condição de autora ou colaboradora, compõem o portfólio de objetivos estratégicos da Secretaria da Fazenda (Sefaz), para gestão que iniciou em 2019 e encerrou neste exercício. Sendo que, os dois primeiros integram também o Acordo de Resultados do governo do Estado.

Em 2022, os projetos avançaram com as entregas e realizações disponíveis neste Relatório, nas páginas citadas a seguir.

- Lei Estadual Anticorrupção (**página 47**)
- MINA (**página 15**)
- Portal da Transparência Unificado (**página 50**)



Projeto de Reestruturação

No período, a Cage finalizou seu Projeto de Reestruturação, alcançando a definição e aprovação de 22 ações, destinadas a otimização da sua estrutura organizacional, dos processos de execução das suas macrofunções, bem como das metodologias aplicadas, com previsão de serem implementadas a partir de 2023.

O Projeto começou a ser executado em 2020 e se desenvolveu até a sua conclusão em dezembro de 2022. O grande diferencial desta iniciativa institucional, foi a participação ativa e em número expressivo de servidores da Cage nas cinco fases do Projeto, detalhadas a seguir.

FASES	FASES
I. Diagnóstico	Set-20 a Ago-21
II. Prospecção de soluções junto a outras Controladorias	Ago-21 a Set-21
III. Análise e proposição de soluções	Out-21 a Jun-22
IV. Consulta aos servidores quanto às soluções apresentadas	Jul-22 a Set-22
V. Avaliação e deliberação quanto às soluções apresentadas	Out-22 a Dez-22

Dentre as ações apresentadas pelos dois Grupos de Trabalho, constituídos em 2021, e aprovadas pela Equipe Diretiva, destacam-se as seguintes:

- continuidade do processo de convergência às normas internacionais de auditoria interna, e de adoção Modelo IA-CM;
- criação de duas novas Seccionais especializadas na DCD, englobando as matérias de obras e de convênios e parcerias;
- transferência à Seccional de Controle Contábil de todo procedimento contábil realizado pelas demais Seccionais;

- extensão de atuação da Delegação da Cage junto ao IPE-Saúde ao IPE-Prev;
- criação de uma nova Divisão destinada à promoção da Integridade e o combate à corrupção;
- estruturação do Escritório de Projetos e Processos no Gabinete;
- desenvolvimento de website, a ser inserido no Portal de Serviços da Cage, para concentrar o atendimento da integralidade das demandas e consultas recebidas; e
- instituição de um comitê permanente de gestão do conhecimento, destinado a apoiar, entre outras iniciativas, a atualização do Manual de Orientação do Gestor Público, a formação e capacitação de servidores da Cage, além de programas de treinamento a gestores e demais servidores públicos.

Histórico

Em 2019, o Projeto de Reestruturação da Cage começou a ser idealizado com o propósito de atender ao anseio corrente do seu quadro de pessoal de experimentar um processo de rediscussão da organização e do funcionamento do Órgão. No ano seguinte, o Projeto começou a ser executado a partir uma fase de diagnóstico interno, mediante a realização de 32 reuniões virtuais, que contou com a participação de 120 servidores, convidados a reportarem problemas e potenciais oportunidades de melhorias em relação aos processos internos, metodologia de trabalho e estrutura organizacional. Já em 2021, a Cage aplicou a pesquisa para conhecer a percepção das autoridades máximas e diretores de todos os órgãos e entidades estaduais quanto à sua atuação, obtendo-se respostas aos aspectos estratégicos e táticos submetidos à avaliação.

MINA

A utilização das trilhas de auditoria do projeto MINA - Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria - proporcionou à administração pública estadual economizar cerca de R\$3,9 milhões em 2022. Contribuiu para esse resultado a ampliação do acesso ao CAGE Gerencial, que não possui mais a limitação de licenças que havia até 2021.

Segundo a Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage, a trilha de auditoria “demora no ateste” foi a mais representativa na situação “baixado”. Durante o ano de 2022, as Seccionais da Cage alertaram aos gestores sobre a importância da tempestividade no ateste de faturas, evitando-se multas e juros incidentes sobre as faturas pagas em atraso. A segunda trilha mais representativa foi a de “valor de fatura atípico”, importante alerta à gestão pública quanto a possíveis vazamentos ou mau uso dos recursos de água e luz. Tais anormalidades foram detectadas pelo MINA nas contas cadastradas no módulo de Integração Estado Fornecedor (IEF) do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), referentes a valores atípicos em faturas de água e energia elétrica. Os alertas subsidiaram a orientação da Cage aos gestores públicos.

Entregas

A DIE realizou as seguintes entregas no exercício:

- Instalação e migração de usuários para novo ambiente, permitindo o acesso de número ilimitado de usuários aos produtos da DIE (Licença da Qlik Analytics Platform – QAP);
- Complementação do Data Warehouse (sistema de gerenciamento de dados projetado para ativar e fornecer suporte às atividades de business intelligence (BI)) de transações de receita;
- Painel de Qualidade da Informação Gerada pela Cage;
- Desenvolvimento e publicação de painel para gerenciamento de transações de receita;
- Obtenção de autorização de acesso aos sistemas GCE (Sistema de Gestão de Compras do Estado) e COE (Sistema de Compras Eletrônicas RS) obtida junto à SPGG;
- DETIC - adequação da infraestrutura para recebimento dos dados do GCE, para o desenvolvimento de trilhas de auditoria para monitoramento de licitações.

Sobre

O MINA, que compõe o portfólio de projetos estratégicos da Sefaz, foi desenvolvido pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage e consiste na estruturação de uma solução que, através de técnicas de ciência de dados, atua como uma “malha fina” na execução dos recursos públicos estaduais, encontrando inconsistências e desvios de forma proativa e automatizada, direcionando a atuação dos auditores da Cage.



Projetos de Governo

A Cage, por meio da sua Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) contribuiu, ao longo do exercício, para projetos de Governo, com destaque para:

Auxílio SOS Estiagem

A equipe formada por auditores da Cage conduziu a análise na base de dados dos beneficiários do programa SOS Estiagem, com o objetivo de certificar o atendimento dos requisitos pelas famílias de agricultores que recebem recursos do programa.

Atuação: o trabalho consistiu no cruzamento de informações entre a listagem de favorecidos e as bases de dados de funcionários públicos e dos credores do Estado, resultando na identificação de servidores estaduais entre os beneficiários e com vínculo societário com entidades de diversas naturezas jurídicas.

Integração: apesar da Seccional da Cage junto à Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, vinculada à DCD, estar à frente da operacionalização da execução desta despesa, foram dois auditores do Estado, um da Divisão de Informações Estratégicas (DIE) e outro da Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) que provocaram a realização do trabalho. Guilherme Teixeira e Guilherme Lentz atuaram na fase inicial. Após, o auditor do Estado Ricardo Santiago, da DCD, passou a compartilhar as informações com a DIE, que através do trabalho do auditor do Estado Michel de Oliveira passou a fazer o exame e posteriormente o cruzamento dos dados entre os potenciais beneficiários do SOS estiagem com o quadro de sócios e administradores das empresas brasileiras. A ação possibilitou ainda a identificação de indícios de irregularidades, reconhecendo a importância de uma solução que relaciona pessoas, empresas e outros dados relevantes para o controle Michel.

Levantamento: os resultados apurados foram apresentados à Secretaria Estadual da Agricultura (SEAPDR) – coordenadora do Avançar na Agropecuária e no Desenvolvimento Rural – que é um braço do programa Avançar: Ações e Investimentos do governo gaúcho, voltado para aceleração do crescimento econômico e incremento de qualidade da prestação de serviços à população no Estado. A pasta tem reservado o montante de R\$ 341 milhões para projetos relacionados ao campo, dos quais R\$ 80 milhões foram destinados ao SOS Estiagem.

Conclusão: a SEAPDR, após avaliação dos resultados levantados pela Seccional da Cage, emitiu Instrução Normativa (IN) com esclarecimentos acerca dos critérios exigidos para a concessão do benefício. A revisão da listagem de beneficiários sob a ótica desta IN resultou na exclusão de 45 indivíduos - agricultores familiares com vínculo junto ao sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), como servidores ativos, inativos e exonerados, que perceberam rendimento superior a R\$ 100 mil no exercício de 2021, bem como 130 agricultores familiares, sócios ou administradores de pessoa jurídica enquadrada como Empresa de Pequeno Porte – EPP. O resultado deste trabalho gerou benefícios financeiros de aproximadamente R\$ 175 mil.

Programa Avançar

Lançado pelo Governo do Estado em 2022, o Avançar, se propôs a executar novas ações em diversas áreas temáticas das políticas públicas, com destaque para os convênios celebrados, sobretudo com os municípios do Estado para execução dessas ações.

Para fazer frente à alta demanda de processos e, concomitantemente, viabilizar o exercício do controle prévio, a DCD constituiu força-tarefa, que analisou em tempo recorde um total de aproximadamente 1000 convênios do Programa, executados por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEDUR, Secretaria de Turismo - SETUR, Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social - SICDHAS, Secretaria do Esporte e Lazer - SEL e Secretaria de Obras Públicas - SOP.

Publicação

Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental da Cage

O documento, elaborado pelo auditor do Estado Francisco José Ferreira Gomes, da Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage, oferece as linhas gerais que vão servir de base para adoção do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) aplicado ao setor público, em fase de implementação na Cage.

A publicação institucional estabelece as premissas necessárias para a convergência da atividade de auditoria interna às práticas internacionais de auditoria e à vinculação a normativos estaduais, como o Decreto 56.237/2021. Além de orientar sobre como proceder na execução do trabalho de auditoria, para aperfeiçoar o modo de atuação das equipes de auditoria, através da indicação de objetos de auditoria definidos com base na avaliação dos riscos envolvidos no processo, de forma a produzir recomendações de auditoria capazes de agregar valor à gestão das unidades auditadas.

O Referencial foi apresentado aos servidores na 64ª edição do evento de Capacitação e Transmissão de Conhecimento (CTC), realizado em setembro de 2022.

A Equipe Diretiva da Cage, em 2019, deliberou a favor da implementação do Modelo IA-CM da Cage, quando foram definidas, entre as diretrizes estratégicas, a de sistematizar e documentar o conhecimento e a de implementar as normas internacionais de auditoria.

Sobre

O IA-CM (Internal Audit Capability Model for the Public Sector) para o setor público, desenvolvido em 2009 pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), com apoio do Banco Mundial, e atualizado posteriormente em 2017, é um framework internacionalmente reconhecido que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva, de modo a atender às necessidades da administração da organização e às expectativas profissionais da função. É um modelo universal baseado em práticas líderes que podem ser aplicadas globalmente. O IA-CM se presta a ser uma ferramenta estratégica, uma estrutura para autoavaliação e avaliações externas e um roteiro para melhoria e desenvolvimento ordenados.

Fonte: Instituto dos Auditores Internos – IIA (traduzido)



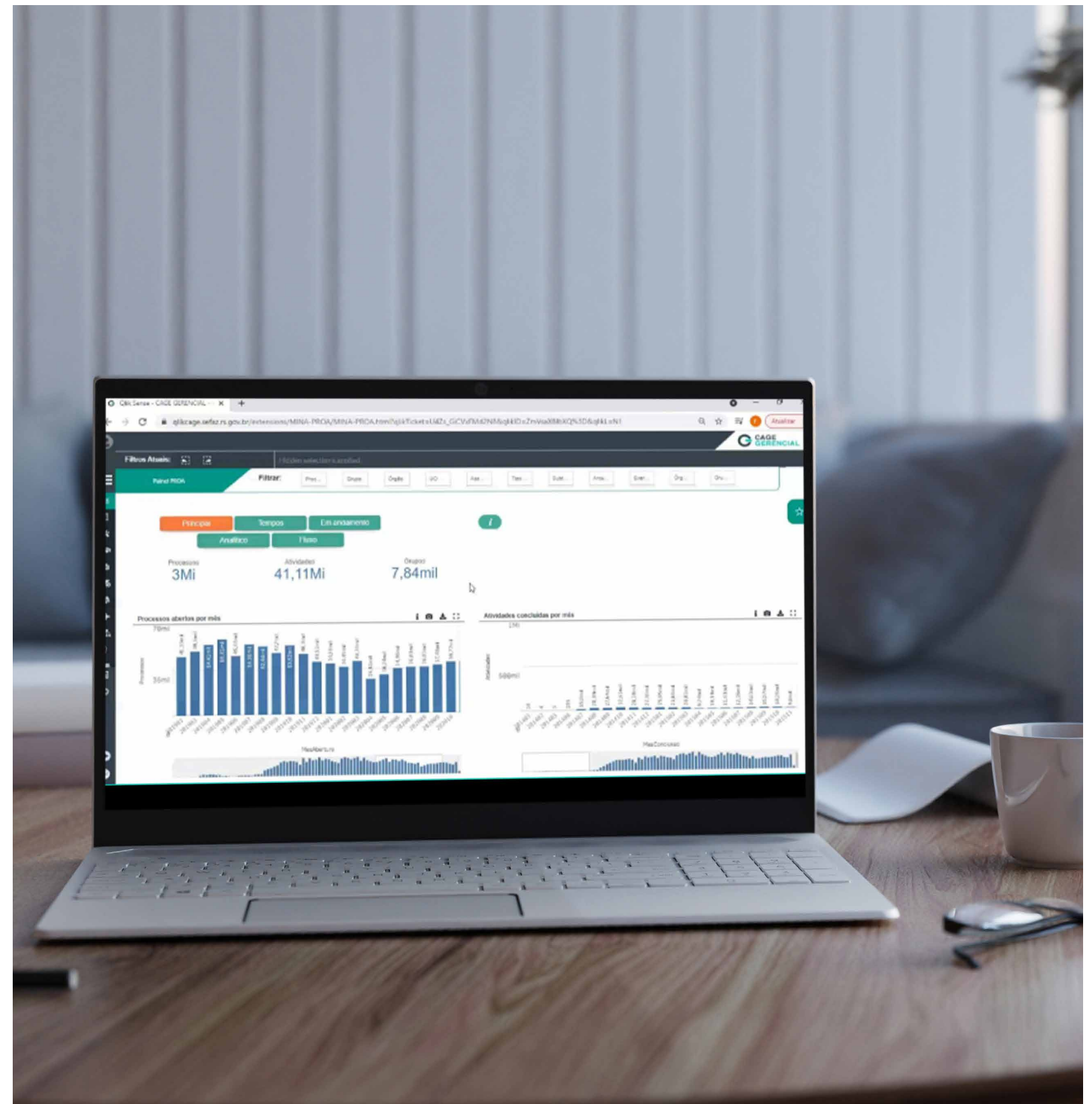
Orientação ao Gestor Público



Expedientes Atendidos

A Divisão de Estudos e Orientação (DEO) da Cage atua na produção de instrumentos normativos e orientações aos gestores públicos, visando à uniformização de procedimentos, além de ser responsável pelo acompanhamento da atualização legislativa em âmbito estadual e federal.

Por meio do Sistema PROA - Processos Administrativos, a Divisão, segundo dados do CAGE Gerencial, atendeu 62 expedientes em 2022. São orientações exaradas pela DEO a partir de processos de consulta encaminhados por outras Divisões da Cage e também por órgãos e entidades do Estado. Já as informações emitidas pela DEO, 27 no total, no formato de um documento denominado Informação CAGE/DEO, exercem a função de refletir o entendimento consolidado da Cage em assuntos pertinentes ao controle interno. Além disso, a Divisão publicou seis ofícios, 31 despachos e uma nota técnica.



Manual de Orientação do Gestor Público

Sob a coordenação do Gabinete da Cage e condução da sua Divisão de Estudos e Orientação (DEO), foi lançado, em fevereiro de 2022, a 5ª edição do Manual de Orientação do Gestor Público. A publicação em formato integralmente digital reúne em 39 capítulos um conjunto de boas práticas e profícuo conteúdo destinado a quem atua na função de gerir a coisa pública. O trabalho de atualização do material envolveu servidores de todas as Divisões, que revisaram conteúdo ao longo de 2022.

Foram incorporados ao Manual capítulos inéditos sobre temas que, nos últimos anos, sofreram profundas alterações em seu quadro normativo, e, por isso, vem demandando a atenção dos gestores e dos servidores públicos. Enquanto outros, já existentes, passaram por reformulações, em alguns casos, com a inserção de novos tópicos.

O manual está disponível em dois formatos: PDF, que pode ser baixado aqui

(<https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/16694/manual-de-orientacao-do-gestor-publico---5%C2%AA-edicao>),

e em ePUB, que possibilita a leitura também em dispositivos e-readers e pode ser baixado diretamente pelo site da Cage.



Pesquisa de Satisfação

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage aplicou a 4ª edição da Pesquisa de Satisfação, que busca verificar a percepção dos servidores das entidades da Administração Indireta em relação ao atendimento prestado pela Consultoria DCI em 2022. No início de dezembro, o questionário contendo seis perguntas e estruturado em quatro etapas: perfil do respondente, avaliação sobre as orientações encaminhadas, avaliação das informações (PROA) emitidas pela Consultoria e espaço disponível para sugestões, foi encaminhado aos servidores, preservado o anonimato dos consultados. Foram registradas 33 respostas à pesquisa de Satisfação DCI, de um total de 91 destinatários.

Questões (2ª e 3ª etapas):

Para responder as perguntas os servidores deveriam escolher um número numa escala de 0 (Nunca) a 10 (Sempre) de acordo com o seu nível de satisfação.

Satisfação em relação às orientações da Consultoria DCI realizadas por e-mail

- 1. As respostas foram recebidas em tempo hábil para a tomada de decisão?
- 2. As respostas foram de fácil compreensão?
- 3. As respostas ajudaram efetivamente na solução da demanda?
- 4. As respostas foram objetivas?
- 5. As respostas recebidas demonstraram o conhecimento técnico necessário à solução da demanda?
- 6. Atribua um valor de 1 a 10 acerca da possibilidade de recomendar o serviço da Consultoria por e-mail/ PROA a um colega ou gestor.

Através da Pesquisa de Satisfação, os servidores puderam avaliar separadamente as informações emitidas pela Consultoria DCI por meio do sistema PROA.

RESULTADOS (MÉDIA E COMPARAÇÃO)		
2022	2021	2020
89	93	92
91	95	95
90	95	91
93	94	-
92	97	-
95	99	-

RESULTADOS (INFORMAÇÕES PROA)
2022
91
96
96
95
96
96

Normativos

A Divisão de Estudos e Orientações (DEO) e a Divisão de Informações e de Normatização Contábil (DNC) da Cage atualizaram e elaboraram instruções normativas relacionadas ao aprimoramento de medidas auxiliares à orientação, à gestão e ao controle das atividades do Estado, bem como à qualificação de procedimentos contábeis.

DCD

Instrução Normativa Cage nº 1 de 2022
Estabelece normas complementares sobre os procedimentos de contas ordinárias no âmbito da administração direta do Estado, revoga a instrução normativa CAGE nº 02, de 08 de dezembro de 2000 e dá outras providências

Sobre a IN 1/2022

A Prestação de Contas dos Ordenadores Primários da Administração Direta, que anualmente é objeto de análise e manifestação da CAGE para subsidiar o respectivo julgamento pelo TCE, sofreu sensíveis mudanças em termos formais e materiais. Além da alteração da nomenclatura de Contas de Gestão para Contas Ordinárias, a abordagem passou a se dar com foco na avaliação da macrogestão do Órgão. Em decorrências dessas alterações, a Cage, por meio da DCD, promoveu uma série de adequações na sua forma de atuar nesse processo. Destacam-se a edição da IN CAGE nº 01/2022, que substituiu a antiga norma sobre a matéria (IN CAGE nº 02/2000), e auxiliou no estabelecimento de regras procedimentais e diretrizes para melhor condução desse processo, seja pela ótica dos Órgãos Controlados como na visão das Seccionais da DCD junto aos Órgãos. Na esteira desse diploma, houve diversas inovações nos documentos produzidos pelas seccionais para opinar em relação às Contas dos Administradores, que passaram a abordar também os aspectos positivos da gestão, além de detalhar os principais números relacionados às escolhas alocativas efetuadas, em meio à avaliação quanto à conformidade dos atos administrativos praticados ao longo do exercício examinado.

DEO

Instrução Normativa Cage nº 5 de 2016
Dispõe sobre as parcerias a serem celebradas no âmbito dos Poderes Executivo, inclusive Autarquias e Fundações, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado.

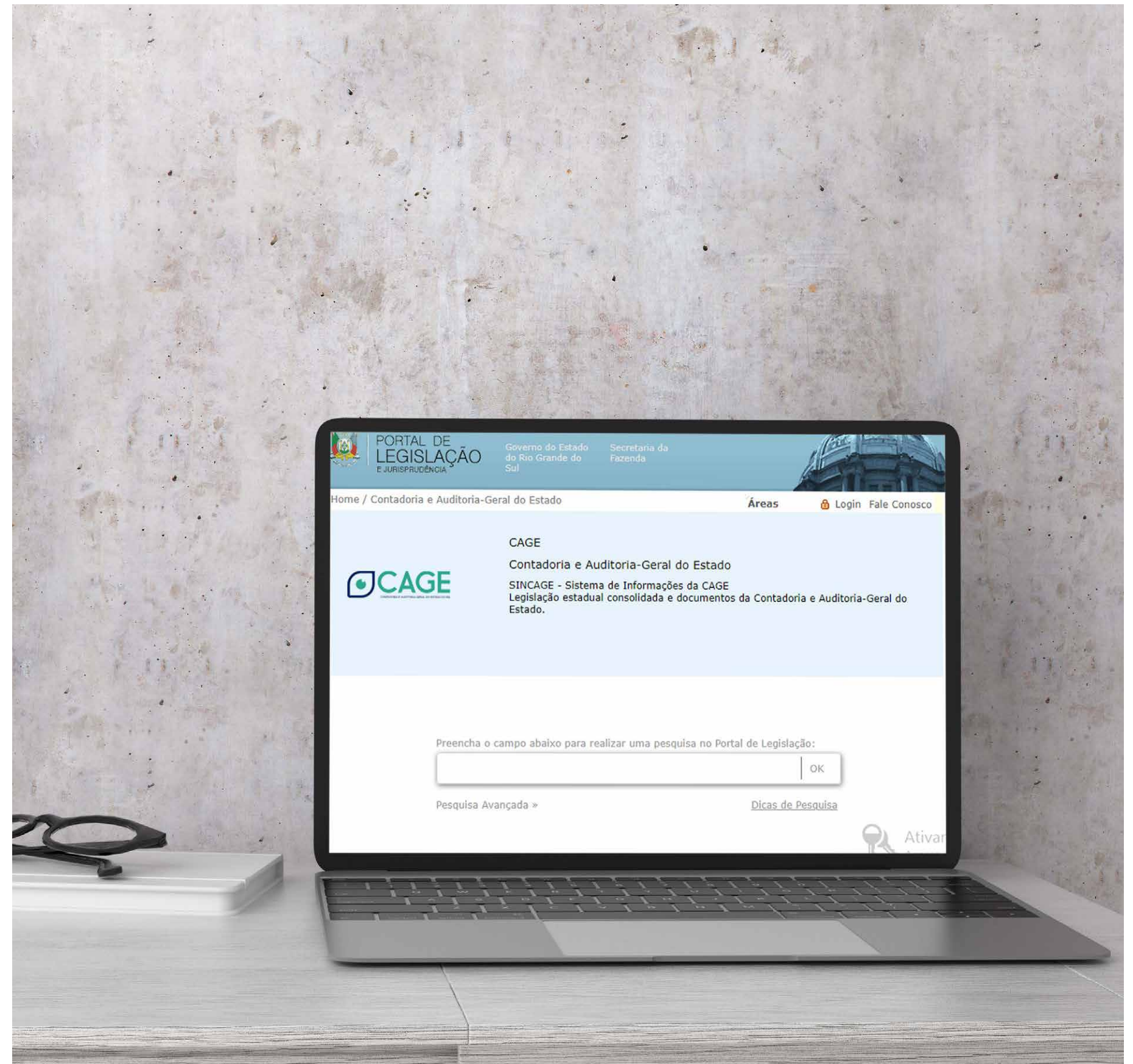
Instrução Normativa Cage nº 6 de 2022
Dispõe sobre os documentos oficiais da Cage em consonância com o Decreto nº 56.703, de 28 de outubro de 2022, que trata do Sistema de Controle Interno do Estado do Rio Grande do Sul, e com o Manual de Boas Práticas de Padronização dos Atos Administrativos Normativos e Ordinatórios na Administração Pública Estadual.

DNC

Instrução Normativa Cage nº 7 de 2022
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no encerramento do exercício financeiro de 2022 e dá outras providências.

Sincage

Foram inseridos 754 documentos no Sistema de Informações da Cage (Sincage), entre Leis e Decretos estaduais, Ordens de Serviço do governador do Estado, Portarias e Instruções Normativas da Cage. A ferramenta integra o Portal de Legislação da Secretaria da Fazenda, e é utilizada como banco de dados para organização e divulgação de conteúdos e textos principalmente sobre legislação e jurisprudência. O Sincage disponibiliza uma base completa de normativos relacionados ao controle interno estadual para consulta de toda sociedade, e está sob a administração da Divisão de Estudos e Orientação (DEO).



Plantão CASP

Foram duas edições do Plantão CASP em 2022, realizados na modalidade virtual. Os encontros promovidos pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage são dedicados ao esclarecimento de dúvidas sobre temas relacionados à contabilidade pública, execução orçamentária, relatórios e módulos do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) integrados à contabilidade.

Maio (15ª edição)

Assunto: Contabilidade Pública – Convergência Normativa e Conformidade.

Setembro (16ª edição)

Assunto: Obrigações Trabalhistas

Sobre

O projeto Plantão Casp consiste na realização de encontros para tratar de assuntos específicos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e tem como público-alvo: auditores e técnicos da Cage, e contadores de autarquias e fundações. A coordenação é da DNC.



Grupo Setorial de Custos (GSCs)

Em 2022, a Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage, realizou a tradicional live sobre o sistema Custos RS e para orientar a elaboração do Relatório Anual de Custos. Mais de 70 servidores participaram dessa agenda permanente de capacitação de membros dos Grupos, no uso de ferramentas gerenciais que auxiliam para uma análise mais eficiente dos custos da administração estadual, facilitando a tomada de decisão pelos gestores.

Sobre

As reuniões promovidas pela DIE consistem na apresentação do CAGE Gerencial, nos níveis gerencial, analítico e de custos, abrangendo temas como execução orçamentária da receita e da despesa, diárias, convênios, locações, despesas com água e luz, e relativas à Procergs. Também no nível custos, o consumo e gerenciamento de materiais, gastos com manutenção, funcionamento e com recursos humanos.



Controle Interno



Qualificação das Ações de Controle

Sistema de Monitoramento de Convênios

Desenvolvido ao longo de 2022, o Sistema de Monitoramento de Convênios do Estado do Rio Grande do Sul é uma ferramenta digital para acompanhamento da execução dos convênios firmados pelo Estado a partir de informações lançadas pelos convenientes. Disponível no Portal de Convênios e Parcerias do Estado do Rio Grande do Sul (<https://www.convenioseparcerias.rs.gov.br/convenios-monitoramento>), o sistema poderá ser acessado por servidores estaduais e qualquer cidadão interessado em monitorar o andamento de políticas públicas que se dão por meio da descentralização dos recursos do Estado para os municípios.

As informações no sistema estão ordenadas nas seguintes abas:

Pré-Execução: contém informações referentes aos atos administrativos que devem ser realizados pelo conveniente antes de efetivamente iniciar a concretização do objeto.

Telas: aba Pré-Execução

Execução: trata de informações de cunho estratégico, como, por exemplo, o percentual já executado do convênio e a descrição das “Etapas” e das “Metas” também já executadas até aquele momento.

Tela: aba Execução

Itens Monitorados: reservatório de informações de cunho operacional, isto é, específicas sobre a contratação de terceiros ou a realização de serviços pelo conveniente como contrapartida sua no convênio. Assim, para cada obra, cada compra e/ou cada serviço contratado ou realizado, será discriminada a sua execução, como se pode ver nos exemplos aqui preenchidos.

Tela: aba Itens Monitorados

Registro do Fiscal: destinada ao preenchimento do servidor estadual designado como fiscal de convênio e sua finalidade é receber o lançamento dos registros da fiscalização realizada por tal servidor no âmbito do convênio.

Sobre

O Sistema de Monitoramento é capaz de transmitir informações destinadas não somente ao controle e à transparência do emprego dos recursos públicos aos órgãos estaduais, mas, sobretudo, transmitir informações de cunho estratégico e/ou operacional para os tomadores de decisão. Cada uma das abas e respectivas perguntas dispõem de vídeos explicativos, que foram disponibilizados para livre acesso de usuários do sistema.

Modernização de Processos

Projeto: Ampliação da base de cálculo da retenção de IRRF/PJ

Foi desenvolvida nova sistemática de retenção do Imposto de Renda de pessoa jurídica (IRRF/PJ), que entra em vigor a partir de janeiro de 2023. Dessa forma, passa-se a cumprir o que está previsto no texto original da Constituição Federal, no art. 157, I, que estabelece que pertence aos estados o produto da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte sobre os pagamentos por eles efetuados, a qualquer título.

O projeto prevê que o incremento no ingresso de receitas para o Estado, a partir da retenção de receita arrecadada a título de IR sobre pagamentos efetuados pelos órgãos, autarquias e fundações estaduais a contratados para o fornecimento de bens ou prestação de serviços não deve mais ser repassada à União, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 56.662, de 19 de setembro de 2022. Com a mudança, o Estado prevê aumentar a arrecadação para 2023 na ordem de R\$ 80 milhões anuais, com perspectiva de crescimento gradativo nos anos seguintes.

Os procedimentos para a execução, de maneira uniforme, da retenção do Imposto de Renda incidente na fonte e do respectivo recolhimento ao Tesouro do Estado foram estabelecidos em manual aprovado por ato do contador e auditor-geral do Estado. O Manual foi desenvolvido pela Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) e estabelece procedimentos operacionais no sistema de Finanças Públicas do Estado - FPE - que foi adaptado para atender à nova sistemática.

A DCD também promoveu treinamento virtual sobre o tema para servidores da administração pública estadual. Mais de 220 participaram da capacitação. Além de enviar comunicados a todas as empresas contratadas pelo Estado, a fim de que tenham conhecimento das alterações e que providenciem às devidas adaptações em suas faturas a partir de fevereiro de 2023.

Retenção do IR de Pessoa Jurídica tem regra nova a partir de janeiro e deve incrementar o ingresso de receitas para o Estado

<https://fazenda.rs.gov.br/conteudo/18294/retencao-do-ir-de-pessoa-juridica-tem-regra-nova-a-partir-de-janeiro-e-deve-incrementar-o-ingresso-de-receitas-para-o-estado> Cage Notícias: Retenção do IR de Pessoa Jurídica tem regra nova a partir de janeiro e deve incrementar o ingresso de receitas para o Estado.



Sistema FPE

Divisão de Tecnologia da Informação

No período, a DTI efetuou 17 melhorias no sistema FPE, entre as quais, destacam-se:

- Processamento automático do estorno de liquidações/empenhos IPE SAÚDE para reempenho;
- Automatização do atendimento dos empenhos do programa NotaFiscal Gaúcha;
- Melhorias na fase de análise de prestação de contas de parcerias; e
- Implantação de GPS de Folha de Pessoal da Administração Direta (GOV), Ministério Público e Defensoria Pública.

Promoveu a entrega de 125 demandas ao sistema FPE que contemplam melhorias evolutivas, com destaque para a implementação da versão que permite efetuar a retenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo Estado, em atendimento ao Decreto 56.662/2022, o que resultará em um potencial aumento de arrecadação para o Estado. Além da versão que exige o cumprimento do disposto no Decreto Federal 10.540/2020 para acesso ao FPE, acarretando melhoria nos dados disponibilizados em trilhas de auditoria e na segurança da informação.

Destacam-se ainda as melhorias implementadas pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI):

PORTAL CONVÊNIOS E PARCERIAS RS

Área de Consultas Acesso Livre: com a melhoria no leiaute da Página, o usuário agora localiza com mais facilidade as publicações de dispensa/inexigibilidade de chamamento público.

Na consulta de Acesso Livre foi criado um menu para consulta das intenções de rescisão dos termos de colaboração e de fomento.

Devido à implementação de uma nova funcionalidade das prestações de contas de parcerias - a fase de análise que traz para o sistema o processo de homologação e baixa de responsabilidade das prestações de contas de parcerias - os campos Tipo Análise e Situação Análise (Portal Convênios e Parcerias) foram transformados em um link para ser acessado pelo FPE Portal.

MÓDULO CONVÊNIOS E PARCERIAS RS

- Fluxo dos instrumentos: opção de delegação prévia para evitar o trâmite de convênios e parcerias pela Casa Civil quando assim for requerido.
- Possibilidade de geração de termos aditivos que reduzem valor e prazo de convênio e parcerias.
- Criação da aba conta corrente para cadastro da conta específica em Convênios.
- O sistema exige, no momento do ateste de parcelas, o preenchimento da informação de c/c na respectiva aba, exceto, se o pagamento for em conta de partícipe.
- Possibilidade de cadastrar c/c de outros bancos (além do Banrisul) para atender situações excepcionais.
- Criação da aba Prestação de Contas em Convênios.
- Melhoria na Aba Responsável/Parceiro/Conveniente. Ao ser digitado o CPF, o sistema agora consulta o SOE (base cadastral) e retorna o nome correto do Responsável, facilitando o preenchimento e evitando erros de sistema no momento da assinatura do instrumento.

MÓDULO EXECUÇÃO DESPESA - PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Implantação em produção da Prestação de Contas do Passe Livre Estudantil.
- Implantação da fase de Análise de Prestação de Contas de Parcerias.

MÓDULO DE CONTRATOS

Contratos: melhorias implementadas

Previsão de retenção automática de IR e de intermediário (imobiliária) em Contratos de Locação: implantação de melhoria para geração automática de previsão de retenção de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica e para pagamento de terceira parte intermediária contratual (imobiliária).

Adequações e melhorias no fluxo de Contratos de obras integrados com o Sistema de Gerenciamento de Obras (SGO) para a expansão deste sistema dado a Implantação SGO órgão em outros órgãos.

Novo fluxo Contrato de Obra integrado com o SGO para atendimento de contratações com base em dispensa por Licitação deserta.

Demandas atendidas em 2022: 534

Sistema FPE

Requisição: melhorias implementadas

Implantação da Requisição GCE tipo normal sem bloqueio orçamentário, permitindo assim a continuidade da compra ainda não homologada de um exercício ao outro sem necessidade de empenho geral.

Demandas atendidas em 2022: 534

INTEGRAÇÃO GCP X FPE

O ano de 2022 foi de continuidade de esforços para o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Contratos Públicos do Estado (GCP), da Subsecretaria da Administração Central de licitações - Celic - RS e da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão - SPGG, o qual será plenamente integrado com o FPE. A Divisão participou das principais definições de projeto que envolviam a execução orçamentária e financeira.

Também foi dado seguimento nas etapas do fluxo de contratação envolvendo os dois sistemas, além do Sistema de Gestão de Contratos Públicos (GCE). Parte deste fluxo já se encontra desenvolvido englobando a montagem inicial do contrato a partir dos lotes até a geração da minuta com a integração ao FPE. A etapa atual é o desenvolvimento da integração entre o GCP e o FPE para envio das requisições dos itens e posterior empenho das mesmas vinculando a execução física e financeira. A primeira entrega prevista é o fluxo de Contratos de Fornecimento de Bens.

INTEGRAÇÃO ESTADO FORNECEDOR - IEF

Implementada versão que altera o leiaute dos arquivos transmitidos pelos maiores fornecedores do Estado dos serviços de energia, água e Tecnologia da Informação (Procergs), para permitir o envio automáticos dos dados relativos a retenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

Também foram implementados os campos necessários para permitir o cadastramento de faturas manuais do demais fornecedores cadastrados no IEF que não enviam arquivos.

EFD-REINF - ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DE RETENÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES FISCAIS

A DTI trabalhou, ao longo de 2022, para implementação na íntegra da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos - DCTFWeb nos 55 CNPJs ativos no Estado do Rio Grande do Sul.

A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas, em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).

Tem por objeto a escrituração de rendimentos pagos e retenções de imposto de renda e contribuições sociais, exceto àquelas relacionadas ao trabalho (que estarão no e-Social), e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas.

A EFD-Reinf junto ao e-Social, após o início de sua obrigatoriedade em agosto/2022, abre espaço para substituição de informações solicitadas em outras obrigações acessórias, tais como a GFIP, a DIRF e declarações instituídas por outros órgãos de governo como a RAIS e o CAGED. A transmissão eletrônica das escriturações tem, pois, o intuito de simplificar a prestação das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Sob a coordenação da DTI, foram realizadas: 48 reuniões ordinárias e 21 extraordinárias com a equipe Procergs para tratar das definições do e-Social, EFD-REINF e DCTF-Web

Evolução

O primeiro semestre foi dedicado ao mapeamento dos leiautes da EFD-Reinf e a adaptação do Sistema de Finanças Públicas do Estado - FPE, desenvolvimento do extrator, que permite a geração do arquivo no formato CSV através de solicitação PAP, contendo as informações exigidas na Declaração Acessória. Esse arquivo é importado no Sistema da Techne (Sistema de Mensageria, Módulo EFD-Reinf) para ser validado e transmitido ao ambiente nacional.

Na etapa seguinte, foram realizados os trabalhos de homologação e parametrização dos Sistemas FPE e Techne para o correto processamento das declarações, que envolveu a criação de uma ferramenta no FPE para configurar cada "Empresa", pois cada CNPJ ativo na RFB deverá enviar as suas próprias declarações, ou seja, no Estado do Rio Grande do Sul cada Organização enviará as suas informações separadamente.

Posteriormente foram distribuídos 55 PROAS destinados à formação dos Núcleos Operacionais dentro de cada Organização, sendo designados formalmente 151 servidores responsáveis internos pelos processos de Gerar o Arquivo, Importar, Validar, Assinar, Enviar e Apurar Inconsistências.

A DTI realizou os cadastros dos 155 usuários no Sistema da Techne, com vinculações de classes no SoeWeb para emissão de relatórios no FPE e geração da Solicitação PAP do arquivo "PREVEFD".

Complementarmente foi oferecido treinamento e capacitação durante uma semana com todos os 155 responsáveis designados pelos Órgãos, sendo realizado na ocasião o fluxo completo de geração e transmissão das declarações dos meses de agosto a outubro de 2022, assim como a configuração no sistema da Techne de todos os 155 certificados digitais.

A partir da competência outubro 2022, as contribuições previdenciárias passaram a ser recolhidas via DARF, ao invés de Guia da Previdência Social. A guia é emitida no e-CAC através da DCTF-Web, após o envio da EFD-Reinf do mês a que se refere. A declaração deve ser enviada até o dia 15 do mês subsequente e o vencimento do DARF continua sendo no dia 20.

Sistema FPE

Evolução

No Exercício, foram transmitidos 275 arquivos originais da EFD-Reinf e 34 arquivos retificativos. A DTI disponibilizou aos responsáveis material orientativo e vídeo com o passo a passo de todo o processo de geração e envio das declarações, desde a solicitação PAP no FPE, passado pelo envio no Sistema da Techne e terminando com a geração do DARF Numerado no e-CAC através da DCTF-Web.

DCTF-Web

Em 2022, ocorreu a implantação na íntegra da DCTF-Web nos 55 CNPJ ativos no Estado do Rio Grande do Sul e foram transmitidos 73 arquivos originais da DCTF-Web e 8 arquivos retificativos.

A DCTF-Web é a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos. Trata-se da obrigação tributária acessória por meio da qual o contribuinte confessa débitos de contribuições previdenciárias e de contribuições destinadas a terceiros. É gerada a partir das informações prestadas nas escriturações digitais do e-Social e da EFD-Reinf. Transmitidas as apurações, o sistema DCTF-Web recebe, automaticamente, os respectivos débitos e créditos, realiza vinculações, calcula o saldo a pagar e, após o envio da declaração, possibilita a emissão do documento de arrecadação (DARF Numerado). A aplicação fica disponível no Atendimento Virtual (e-CAC) da Receita Federal. Essa declaração é feita diretamente no e-CAC, após envio da EFD-Reinf.

DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte

Adaptação do FPE ao novo leiaute da DIRF 2023 e geração do arquivo do ano-calendário 2022, sendo revisados os critérios de seleção e classificação das informações que compõe a DIRF, que envolvem naturezas de despesas, fatos contábeis e classificações de receitas (tabelas de retenções), levando em consideração o tratamento tributário e a sua composição no comprovante de rendimento.

Melhoria de Sistema: criação do arquivo DIRF-BEN para contemplar os empenhos do tipo Beneficiário, com milhões de contribuintes e incluí-los nos comprovantes de rendimentos.

Adaptação do FPE: para incluir os pagamentos dos programas: Devolve ICMS, Receita Certa, SOS Estiagem e Todo Jovem na Escola.

Atendimento de demandas

A DTI atendeu ainda:

8.097 demandas via TraceGP

13.291 demandas de acesso e cadastro de usuários.

As demandas têm origem no Sistema de Finanças Públicas do Estado - FPE e no Sistema de Administração do Patrimônio do Estado - APE:

- Cadastro para Habilitação em Convênios do Estado – CHE
- CADIN/RS - Cadastro Informativo
- CFIL/RS - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar
- SISACF – Sistema de Avaliação de Capacidade Financeira Portal da Transparência
- Portal de Convênios e Parcerias
- EFD-REINF
- DIRF

26.533 demandas de suporte aos usuários dos sistemas

Benefícios Gerados

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), por meio de suas Divisões de Controle, gerou **R\$ 235.396.597,61** em benefícios financeiros efetivos ao Estado. A atuação preventiva das 17 Seccionais da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) foi responsável por benefícios financeiros na ordem de **R\$ 132.577.792,85**. A outra parte, o montante de **R\$ 102.818.804,76**, é resultado do trabalho realizado por Delegações e Setoriais da Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI).

A DCD registrou ainda 12 benefícios não financeiros, que possibilitaram a adoção de medidas de aperfeiçoamento da capacidade de gerir riscos e de implementação de controles internos, de medidas estruturantes de aperfeiçoamento de programas/processos, bem como contribuíram para a tomada de outras decisões civis e medidas administrativas e correicionais por parte dos órgãos da Administração Direta.



CAGE Gerencial

Os painéis disponibilizados no CAGE Gerencial foram acessados por **292 usuários**, chegando à marca de **3.762 sessões** que totalizaram **2135 horas de acesso**. A partir da análise de **265.692 registros** pelos algoritmos do projeto MINA, foram gerados **23.497 alertas** que, com a atuação das equipes da Cage, resultaram em uma economia de R\$ **2.082.527,28** no ano.

Sob a coordenação da Divisão de Informações Estratégicas (DIE) da Cage, foram implementadas as seguintes melhorias no CAGE Gerencial:

Adicionadas ferramentas para qualificação do tema “Recursos Humanos do Estado”

- Criada a nova seção “Relatório Padrão” no painel RHE (gerencial), para simplificar a produção dos relatórios pelos Grupos Setoriais de Custos (GSCs);
- Implementada a nova seção “Quadro de Vagas no painel RHE (auditoria), para análise das ocupações dos cargos/funções pelos servidores do Estado. Foi gerado um novo painel RHE com dados do triênio anterior, ampliando assim o alcance informacional para seis exercícios.

Acompanhamento e orientação da elaboração dos relatórios anuais de custos

- Foram 27 relatórios em 2022

Ampliação

No segundo semestre de 2022, confirmando a previsão, a Cage adquiriu licença da plataforma Qlik Analytics Platform – QAP. A DIE conduziu a implantação e a migração dos habilitados para o novo ambiente, permitindo o acesso de número ilimitado de usuários ao CAGE Gerencial e ao MINA. Antes da mudança, o acesso aos produtos da Divisão era limitado a somente 55 usuários, entre servidores da Cage e de toda a administração pública. A partir da implantação do QAP e a migração de todos os usuários, o acesso ao sistema foi ampliado, sem o risco de ter o trabalho interrompido ou perdido.

Painéis

Ativação da versão 2.0 do Paine

- Ampliação da abrangência para seis anos;
- Incorporação de Documentos de Credor, com objetivo de pormenorizar as transações de liquidação da despesa;
- Ampliação dos campos da base de Convênios e Contratos de Terceiros;
- Inserção de seção Relatórios Padronizados com índices inflacionários;
- Detalhamento maior das medidas de execução orçamentária (empenho e liquidação e suas prescrições), prestação de contas e baixa;
- Filtro especial para relacionar as despesas de combate ao COVID-19 no período pandêmico

Ativação da versão 2.0 do Paine

- Quadros para pesquisar a execução orçamentária e financeira dos contratos;
- Novas dimensões (número do processo, descrição da licitação, entre outros) do módulo CST, do sistema de Finanças Públicas do Estado.

Entrega do Paine

Aprimoramento do Paine

- Inserção de novos campos e objetos visuais,com destaque para o indicador de convênios do projeto Avançar do Governo do RS.

Adaptação do Paine

Ampliação do Paine

- CLI TCU – Cadastro de licitantes inidôneos do TCU;
- CNIA – Cadastro de improbidade administrativa do CNJ, QSA Histórico – informações históricas de sócios e administradores.

Sobre

O Cage Gerencial é uma ferramenta de business intelligence desenvolvida pela Divisão de Informações Estratégicas (DIE) para usuários da administração estadual. Seu funcionamento é por meio de painéis interativos abastecidos com informações e gráficos personalizáveis. A ferramenta é utilizada por gestores de mais de 30 órgãos e entidades controladas e membros dos respectivos Grupos Setoriais de Custos (GSCs), além de auditores da própria Cage.

FPE Mobile

O aplicativo FPE Mobile passou a contar com duas novas funcionalidades em 2022: a Liberação de Solicitação de Recurso Orçamentário e a Autorização de Solicitação de Ordenador. As entregas foram feitas pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Cage.

No lançamento do aplicativo, em dezembro de 2020, foram realizadas 3.630 transações no FPE. Já no ano seguinte (2021) o número aumentou em quase 1000%, voltando a crescer em 2022, conforme demonstra o comparativo a seguir:

Sobre

O aplicativo FPE Mobile foi desenvolvido pela Secretaria da Fazenda, Cage e Tesouro do Estado, em parceria com a Procergs.

No período, o aplicativo FPE Mobile foi baixado 576 vezes (69%) na loja Google Play e 259 vezes (31%) na Loja App Store.



Auditoria



Controle da Administração Direta

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), por meio do exame prévio das 17 Seccionais da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD), controlou o orçamento total de **R\$ 46.483.080.863,40** no exercício de 2022.

EFETIVAÇÃO (registros de atividades sistemáticas)
Registros de Empenhos: 635.693
Registros de Liquidações: 687.533
Processos Administrativos: 138.851
Informações emitidas: 17.860
Emissão de Pareceres/Relatórios emitidos nos processos de Contas Ordinárias dos Administradores enviados eletronicamente ao TCE/RS: 37
Apontamentos eletrônicos no sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE): 5497
Baixas de Prestações de Contas no FPE: 61.326
Pareceres de prestações de contas emitidos: 3.973

ATUAÇÃO
Auditorias: 6
Auditorias Especiais: 1
Fiscalizações: 5

DOCUMENTOS EMITIDOS
Comunicados Orientativos: 12



Controle da Administração Direta

Auditoria Especial

Plano de Pagamentos de Precatórios do Estado

O trabalho de consultoria foi realizado no Tribunal de Justiça, Procuradoria-Geral do Estado e Tesouro do Estado com o objetivo de avaliar o Plano de Pagamentos de Precatórios, uma vez que é exigido do Estado o cumprimento da obrigação prevista no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC) da Constituição Federal, que determina zerar o estoque da dívida até 2029 e retornar ao regime geral de pagamentos.

Para isso, além da destinação de percentual da receita corrente líquida, faz-se necessário o uso de todas as ferramentas disponíveis como as conciliações, compensações e sub-rogações.

Utilizou-se a metodologia de Auditoria Ágil, que pressupõe alto grau de integração com as partes interessadas no trabalho (através de contato constante via reuniões, e-mails, telefonemas, Microsoft Teams e outros). As situações de risco e inconformidades foram apresentadas às áreas por meio de documentos chamados Pontos de Vista (POVs), oportunizando manifestações e ajustes tempestivos.



Controle da Administração Indireta

Em 2022, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage promoveu 32 auditorias, sendo 21 de exercício e 11 de acompanhamento, incluindo extinções e desestatizações, e mais a auditoria especial no IPE Saúde.

No exercício, a DCI retomou ainda as auditorias em instituições financeiras do Estado, a começar pelo Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, cujo trabalho tem previsão de término no primeiro trimestre de 2023. Para 2023, também está prevista uma auditoria no Conglomerado Banrisul. Com isso, a Divisão espera concluir, até o final do ano corrente, o ciclo inicial de conhecimento e entendimento dessas instituições, garantindo o pleno exercício de suas atribuições no setor, e para suprir a deficiência sistematicamente apontada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

As auditorias realizadas pela DCI consistem na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da Administração Indireta, quanto à legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

AÇÃO

Auditorias: 32

Auditoria Especial: 1

A Administração Indireta é composta por 40 entidades:

-  17 Sociedades de Economia Mista
-  11 Fundações de Direito Privado
-  10 Autarquias
-  1 Empresa Pública
-  1 Fundação de Direito Público

Resultado

Informações emitidas pela Consultoria e por auditores de campo (via Sistema PROA - Processos Administrativos): **31** Em atendimento às demandas das entidades da Administração Indireta.

Orientações da DCI por e-mail: **192** Contemplam recomendações que visam à adequação da atividade administrativa ao arcabouço legal do Estado, fundamentalmente aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

Documentos publicados no Portal da Transparência RS: **48** (23 Relatórios e 25 Pareceres).



Controle da Administração Indireta

Auditoria Especial

IPE Saúde

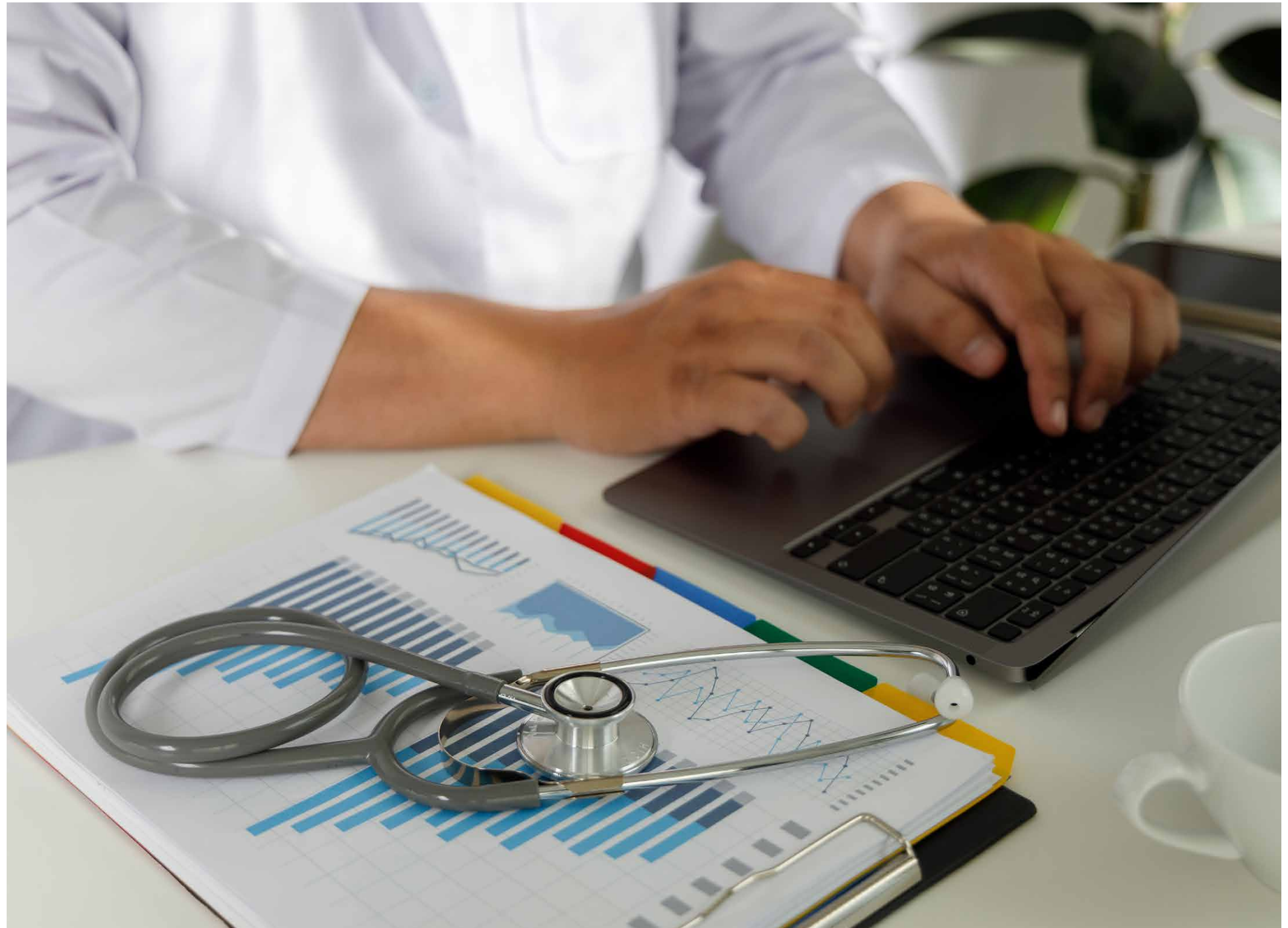
Ação: mapeamento dos riscos incidentes no processo de regulação, controle e avaliação das auditorias das contas médicas e diagnóstico para o saneamento das irregularidades.

Análise: em conjunto com a Entidade, foram identificados e avaliados os riscos do processo, elaborada a matriz de priorização e efetuadas recomendações para tratamento dos riscos.

Equipe responsável: auditores do Estado Rafael Rosenfeld e Luiz Filipe Alves de Souza.

Solução: a equipe recomendou a adoção de controles para a mitigação dos riscos do processo.

Resultado da ação: implementação de controles pelo Instituto



Modernização do processo de Auditoria

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage instaurou processo para substituição do sistema de auditoria AFF (Audit Automation Facilities), que já não atendia às necessidades, considerando a impossibilidade de atualizá-lo por questões administrativas. Outros sistemas foram identificados e a busca reduzida aos 16 melhor avaliados.

Concluída a atividade de prospecção e análise das alternativas, após a definição das plataformas com as condições mínimas necessárias ao atendimento das características de funcionalidade adequadas ao modelo de gestão de auditoria com base na avaliação de riscos, a conclusão do estudo técnico apontou para a adoção da ferramenta SaeWeb, avaliada como a melhor opção. Atualmente, a Divisão trabalha na assinatura de Termo de Cooperação com a Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), para ter acesso ao sistema SaeWeb.

Projeto-piloto

No exercício, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) implementou o projeto-piloto para elaboração de modelo para hierarquizar os objetos de auditoria, estabelecidos os critérios para defini-los, e priorizando, assim, os de processos de maior impacto e relevância para a unidade. Tudo feito de forma objetiva e com base na avaliação dos riscos envolvidos na execução das atividades desempenhadas pelas unidades auditadas, tendo como base as competências legais previstas e os objetivos definidos nos instrumentos de governo como o Plano Plurianual - PPA, a Lei Orçamentária Anual - LOA e o Acordo de Resultados.

A execução do projeto-piloto possibilitou a definição da metodologia de hierarquização dos objetos de auditoria, que consiste em:

- Identificar todos os objetos de auditoria da organização e documentar o universo de auditoria;
- Identificar as áreas/temas considerados prioritários a serem abordados pela atividade de auditoria interna;
- Determinar os objetivos e o escopo para cada trabalho de auditoria;
- Obter a aprovação da alta administração e/ou do Conselho para o plano de auditoria, baseado em prioridades identificadas; e
- Desenvolver planos periódicos (anuais ou plurianuais) para os quais serão fornecidas auditorias e/ou outros serviços.



Publicação

A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) da Cage elaborou, em 2022, o seu primeiro Plano Anual de Auditoria (PAA). Trata-se de um instrumento gerencial que evidencia os trabalhos de auditoria e de fiscalização in loco programados para os órgãos da Administração Direta no exercício de 2023. O documento em formato digital relaciona, também, as diretrizes, os tipos e a distribuição dos trabalhos a serem desenvolvidos ao longo do período abrangido pelo Plano.

O objetivo maior do PAA é agregar valor às atividades de gestão, o que caracteriza um órgão de controle interno eficaz. Neste sentido, a Cage vem buscando adotar o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna – IA-CM (Internal Audit Capability Model), desenvolvido pelo Instituto dos Auditores Internos – IIA e apoiado pelo Banco Mundial.

Outros objetivos do PAA:

- Estimular o planejamento dos trabalhos a serem realizados pelas Seccionais no exercício de 2023;
- Materializar em documento único da DCD/Seccionais o planejamento;
- Comprovação da existência de PAA na Adm. Direta (ex.: avaliação TADAT);
- Adoção gradativa do modelo IA-CM;
- Formalizar as atividades de auditoria rotineiras da Divisão;

Plano de Auditorias					
CAGE					
SECCIONAL	OBJETO AUDITADO	JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	OBJETIVOS DOTRABALHO	PRAZOS E CRONOGRAMA	TIPO DE TRABALHO
1	Regularização do saldo da conta depósitos judiciais, mediante reconhecimento de despesas de água e esgoto devidas ao Departamento Municipal de Águas e Esgotos de Porto Alegre – DMAE no período entre 2008 e 2013, cujos valores figuram no ativo realizável do Estado depois de terem sido resgatados.	Foi constatado que a natureza da totalidade deste saldo corresponde à despesa com água e esgoto do período entre 2008 e 2013, que deixou de ser reconhecida no resultado orçamentário do Estado até o momento.	Eliminar distorção das demonstrações financeiras ocorridas no período de 2008 a 2013, onde o ativo está superavaliado e não corresponde ao seu real valor, a fim de permitir o desreconhecimento de um ativo que não está mais acessível, evidenciando o resultado negativo correspondente à conta de ajustes de despesas de exercícios anteriores.	3 meses, com início em abril e término em junho.	Orientação
1	Execução/liquidação atendida com situação ressaltada com apontamento Sistema FPE, para fins da baixa dos apontamentos, da aquisição de 150 microcomputadores Dell/ Optiplex 7000 mffno, FPE, não registrada automaticamente no sistema de Administração do Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema APE), na Unidade de Patrimônio nas dependências do Centro de Distribuição e Logística-CDL DPE.	A fiscalização terá por objeto a verificação do atendimento com ressalva da liquidação de bens móveis não incorporados no Sistema de Administração do Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema APE). Após a implantação do Sistema APE, todas as movimentações registradas no APE serão refletidas em lançamentos contábeis automáticos, sendo vedado a partir da implantação do APE, lançamentos contábeis manuais nas contas contábeis, todas as movimentações.	Baixa dos apontamentos situação ressaltado no sistema FPE mediante verificação dos registros dos valores dos equipamentos e materiais permanentes constantes do Sistema APE incorporados de forma manual e nos saldos das respectivas contas patrimoniais Incorporação de Bens por Compra APE fiquem iguais as constantes do Sistema FPE a que se refere o levantamento patrimonial e a execução orçamentária.	3 meses, com início em abril e término em junho.	Fiscalização in loco

Modelo de um PAA resumido de uma Seccional da Cage

Contabilidade



Qualificação Contábil

Tendo em vista o propósito do contínuo aprimoramento, e conforme previsto em seu planejamento, a Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage, procedeu à revisão dos seguintes relatórios fiscal e gerencial, em 2022:

Relatório Resumido da Execução Orçamentária(RREO): anexos de 1 a 4, de 6 a 11, e 14.

Relatório de Gestão Fiscal (RGF): anexos 1, 2, 4, 5 e6.



Todos os anexos do RREO e RGF foram 100% revisados e atualizados para a 12ª edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF).

Destacam-se também as alterações efetuadas no **anexo 3 do RREO** (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) e no **anexo 1 do RGF** (Demonstrativo de Pessoal), em observância à nova orientação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para adequação às orientações estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, ocorrendo a convergência integral de metodologia com a uniformização na apuração a partir da competência janeiro 2022.

A DNC promoveu ainda as seguintes ações de aprimoramento contábil:

- **Fonte de Recursos Padronizada**

Implantada em 2021 no sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE, a Fonte de Recursos Padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sofreu ajustes durante o exercício de 2022. Embora obrigatória somente para o exercício de 2023, a nova codificação já está sendo executada. A fonte de recursos é uma codificação importante pois está presente em todo planejamento e execução orçamentária (dotação, empenho, receita, etc).

- **Plano de Contas, Ementário da Receita e Ementário da Despesa**

2) Plano de Contas, Ementário da Receita e Ementário da Despesa. Plano de Contas e Ementário da Receita foram atualizados segundo novo padrão nacional.

- **Reestruturação do Balanço Geral do Estado**

Como parte do planejamento estratégico, a estrutura e o conteúdo do Balanço Geral do Estado foram revisados e efetuadas várias etapas de reexame dos capítulos, finalizando com um workshop e a elaboração de um plano de ação previsto para implementação em 2023.

- **Bens de Infraestrutura**

Estradas, pontes, túneis e viadutos foram registrados no Ativo do Estado. Foram os primeiros bens de infraestrutura registrados na contabilidade do Estado, conforme Instrução Normativa Cage nº 02/2021. Os bens totalizaram R\$ 21,2 bilhões em maio de 2022.

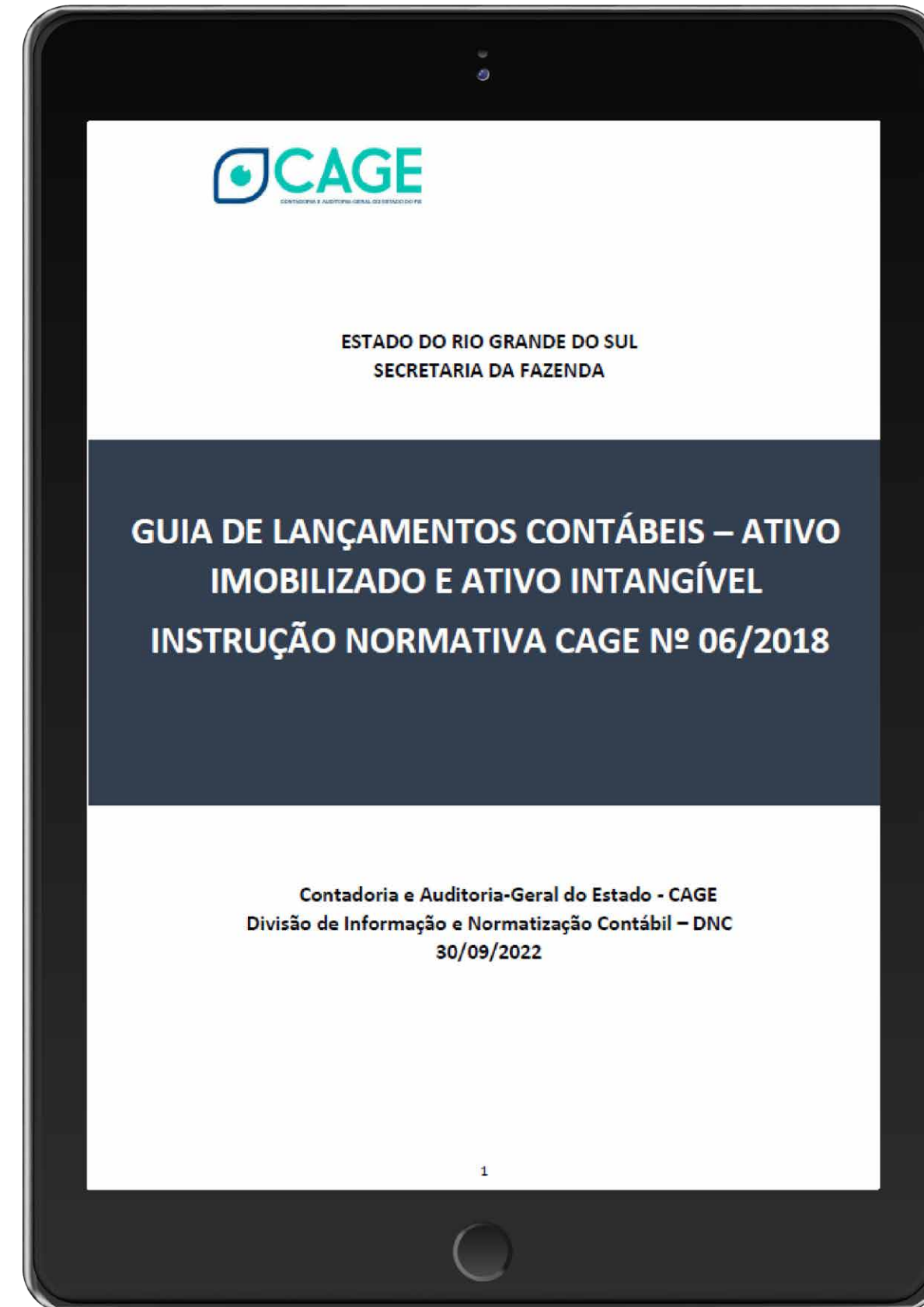


Guia de Lançamentos Contábeis

A Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) da Cage elaborou, no exercício, os seguintes Guias de Lançamentos Contábeis:

- Guia de Lançamentos Contábeis sobre Bens de Infraestrutura – Conforme Instrução Normativa Cage Nº 2, de 22 de novembro de 2021;
- Guia de Lançamentos Contábeis sobre Depósitos Judiciais Utilizados;
- Guia de Procedimentos de Encerramento do Exercício Financeiro de 2022.

A DNC também procedeu a revisão de todos os Guias de Lançamentos Contábeis com adequação ao plano de contas de 2022.

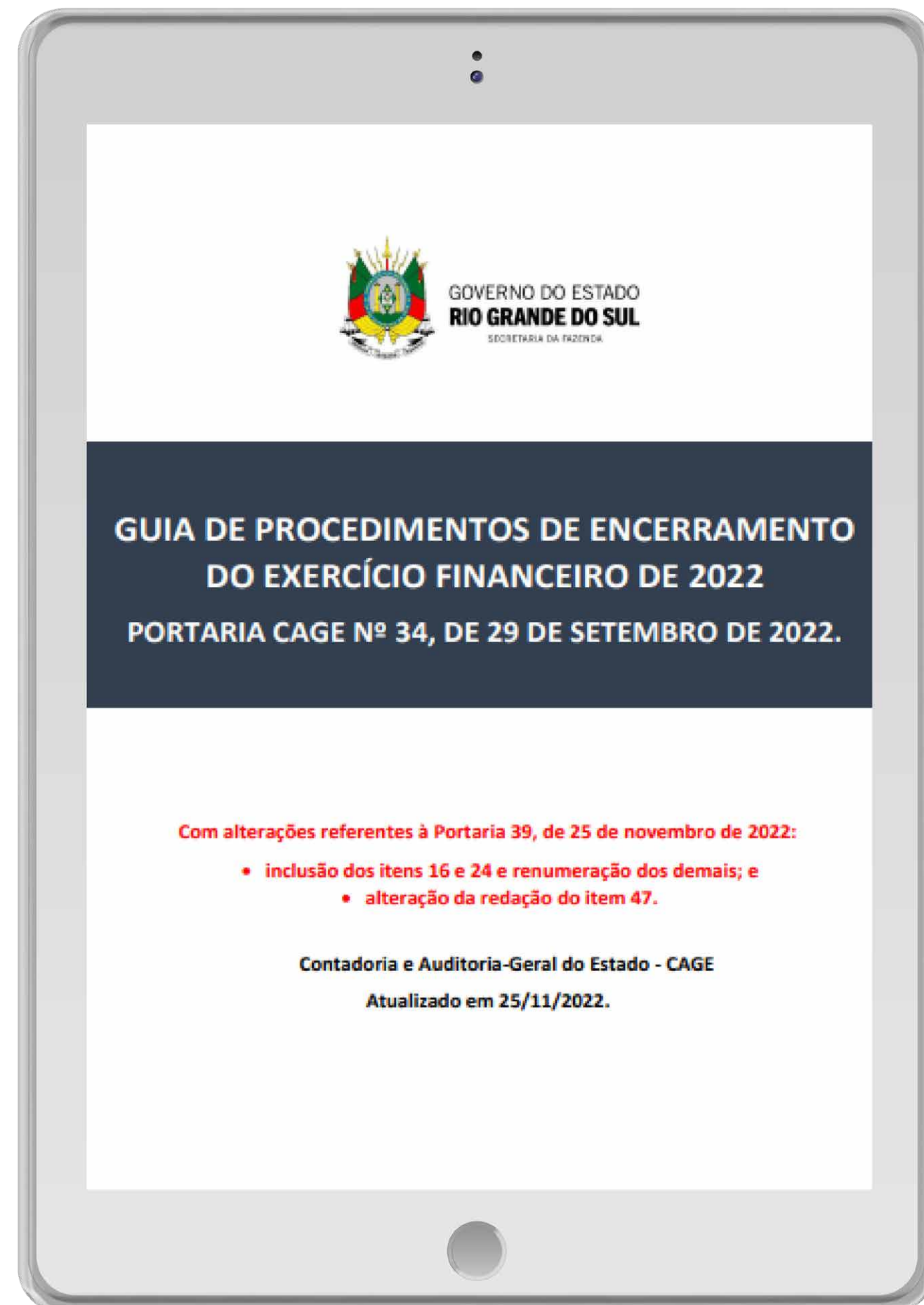


Publicação

No ano de 2022, foi desenvolvida uma ferramenta complementar à Portaria de Encerramento denominada Guia de Procedimentos de Encerramento do Exercício, que busca explicar as características, responsáveis e fluxos a serem adotados. A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) participou da elaboração e revisão deste documento.

A Cage, no exercício de sua macrofunção de Contabilidade, é responsável pelo fechamento contábil, que é imprescindível para a elaboração dos Balanços e Demonstrativos Fiscais. Para que ocorra êxito nesse processo, é fundamental que os procedimentos de encerramento de exercício sejam executados dentro de prazos razoáveis, que permitam o levantamento dos mencionados Demonstrativos Contábeis.

Historicamente, a Subsecretaria elabora um cronograma, que é positivado numa Portaria (Nº 34, de 29 de setembro de 2022) editada pelo contador e auditor-geral do Estado. Nela, constam os principais eventos que repercutem no encerramento de exercício, os órgãos e setores responsáveis por cada tarefa, além da data-limite para execução.



Integridade, Compliance e Combate à Corrupção



Integridade e Lei Estadual Anticorrupção

Comissão de Responsabilização da Pessoa Jurídica (CRPJ/RS)

Constituída para o exercício das competências conjuntas da Cage e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) previstas na Lei Estadual Anticorrupção, a comissão, ao longo do ano de 2022, realizou uma série de ações, com destaque para:

- reunião técnica para apresentar o tema aos demais interessados de ambos os Órgãos;
- produção de materiais orientativos para aplicação da Lei, disponíveis na área exclusiva da CRPJ contida nos sites da Cage e da PGE;

(<https://cage.fazenda.rs.gov.br/conteudo/18618/lei-anticorruptao-estadual>)

- proposição de minuta de Instrução Normativa conjunta, regulamentando diversos pontos de execução da norma, pendente, contudo, de publicação pela PGE.

A Comissão, presidida por auditor da Cage lotado na Divisão de Estudos e Orientação (DEO), encontra-se, desde a criação em 2021, em pleno exercício de suas atividades, tais como: receber denúncias e recomendar a instauração de processos com base na referida Lei.

Sistema de Controle dos Programas de Integridade (SCPI)

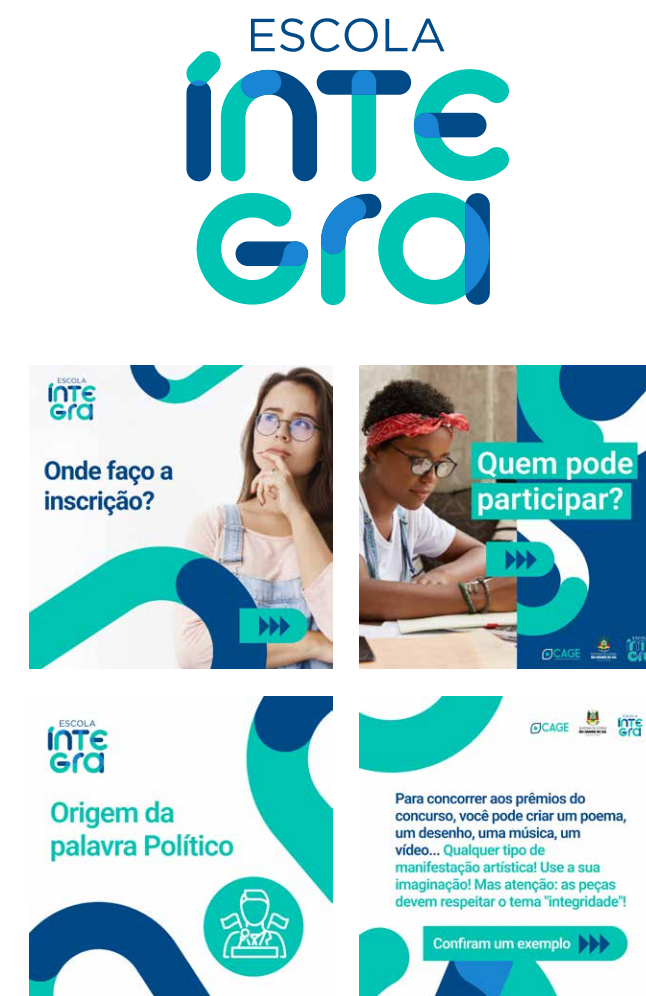
Idealizado pela DEO para avaliar os programas de integridade das pessoas jurídicas contratadas pelo Estado, o Sistema se encontra em efetivo funcionamento, já tendo emitido diversos certificados atestando a apresentação dos programas pelas empresas respectivas. Está em desenvolvimento uma nova versão do Sistema, que trará maiores funcionalidades de utilização para a Cage e para as empresas contratadas pelo Estado.

Programa de Integridade Cage

De maio a novembro de 2022, período definido em Portaria, o GT - Grupo de Trabalho Programa de Integridade desenvolveu e propôs um Programa de Integridade no âmbito da Cage. A conclusão dos trabalhos culminou no encaminhamento do Plano de Integridade da Subsecretaria para aprovação da Alta Administração do Órgão, contendo, entre outras iniciativas, o mapeamento e a avaliação dos riscos de integridade, plano de resposta a esses riscos e a proposta de uma minuta de Código de Conduta Ética Institucional. Ainda em 2022, foi constituído o Comitê de Implementação do Programa de Integridade, que tem por objetivo coordenar, orientar e treinar os agentes públicos acerca das questões inerentes ao programa. Tanto o GT quanto o colegiado são formados por auditores do Estado de mais de uma Divisão da Cage.

Projeto Escola Íntegra (PEI)

Sob a coordenação da DEO, o Projeto criado em 2022, tem o objetivo de disseminar a cultura da integridade e de inspirar o comportamento ético de estudantes da Rede Estadual de Ensino Público por meio de Concurso de Manifestações Artísticas sobre os temas. Concluída a etapa de planejamento e de adequação do piloto para a realização do concurso, o Projeto segue para a fase de execução no decorrer de 2023.



Clique aqui para mais informações sobre o Projeto Escola Íntegra. Siga o perfil no Instagram @projetoescalaintegra.

Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

No exercício, o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC disponibilizou, por meio da plataforma e-Prevenção, um diagnóstico e um roteiro de atuação específicos para cada órgão ou entidade respondente do questionário de autoavaliação aplicado em 2021.

O levantamento ofereceu aos gestores acesso a orientações relacionadas à promoção da cultura da integridade, tendo sido incentivada à adoção das melhores práticas de enfrentamento da corrupção em cinco mecanismos:

- prevenção;
- detecção;
- investigação;
- correção e o monitoramento;
- roteiros, que possibilitaram o planejamento de metas para a adoção dos controles que o gestor julgasse necessários, com a definição de um responsável e do prazo de implementação.

Ao longo de 2022, a Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) se manteve à disposição para orientar os Órgãos da Administração Direta na implantação das medidas priorizadas no sistema e-Prevenção.

Da mesma forma, a Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) se dispôs a auxiliar os gestores da Administração Indireta na implementação das boas práticas sugeridas pelo PNPC, com o objetivo de fornecer suporte às instituições e conduzir a seleção e priorização de ações serem realizadas no exercício. E também sobre como implementá-las de forma a melhorar seu desempenho na próxima autoavaliação, prevista para ser realizada em 2023.

Sobre

O PNPC é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) e foi desenvolvido sob a coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU). O Programa foi lançado em março de 2021, e a divulgação dos resultados do autodiagnóstico das organizações públicas por meio do sistema e-Prevenção ocorreu em dezembro (8) do mesmo ano.

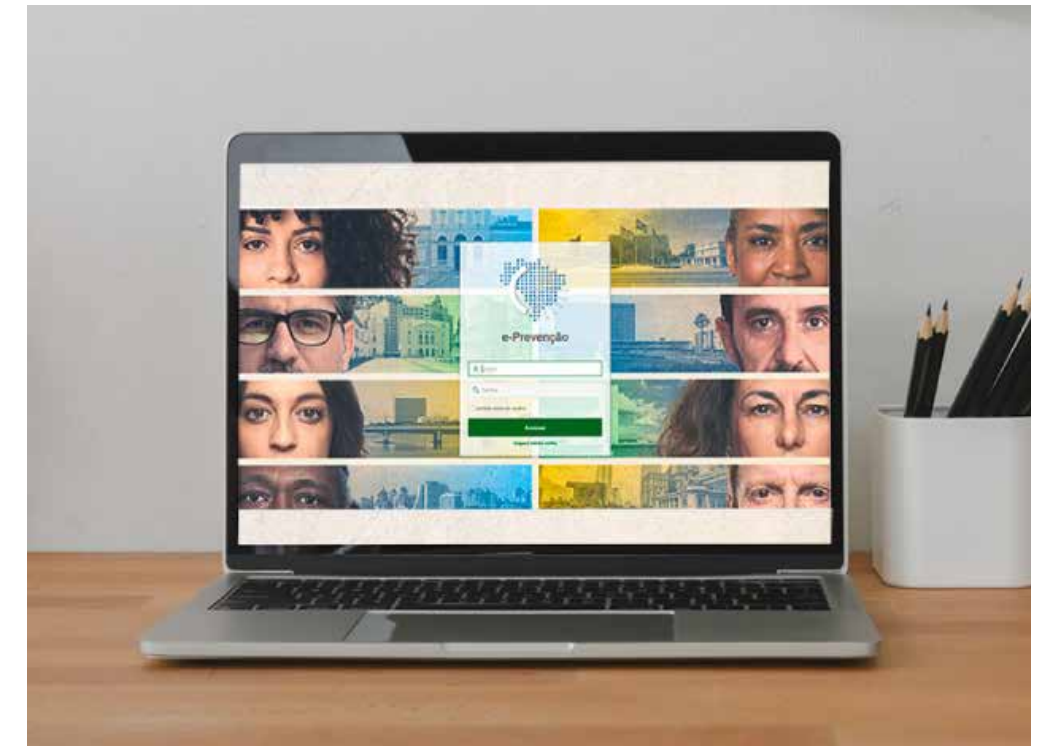


Imagem da Internet/Divulgação TCU

Transparência e Controle Social



Portal da Transparência do RS

As principais entregas de 2022 do Portal da Transparência cumprem com o disposto no Decreto Federal nº 10.540/2020, que estabelece requisitos mínimos para o sistema financeiro, orçamentário e contábil dos entes subnacionais, na Lei Estadual nº 15.532/2020 e no Decreto Estadual nº 56.108/2021, que tratam da transparência das obras públicas. Além dos requisitos avaliados pelo Índice de Transparência e Governança Pública e do Produto Profisco “Portal da Transparência Unificado Implantado”.

Mapa de Obras: mostra as informações relacionadas ao acompanhamento da execução físico-financeira das obras contratadas pelos Órgãos e Entidades do Estado. É possível também acessar os contratos, seus respectivos aditivos e demais documentos, bem como as imagens capturadas nas fiscalizações.

Incremento no Mapa de Obras:

- Exibir o valor consolidado (valor com aditivo, se houver, considerar somente aditivos finalizados);
- Exibir o valor total acumulado (valor acumulado das medições);
- Exibir o valor percentual de entrega da obra (Acumulado / Consolidado);
- Disponibilizar todo o histórico de dados relativos ao documento credor, dispondo de dados de 2010 em diante (período anterior à mudança), apenas 2022 e parte de 2021.

Materiais e Serviços: implementado painel apresentando os dados extraídos dos documentos credores (notas fiscais e faturas) executados nas aquisições de materiais e contratações de serviços por Órgãos e Entidades do Estado.

Painel das Despesas Extraorçamentárias: informações relativas aos atos praticados pelos Órgãos e Entidades dos dados referentes a pessoa física ou jurídica beneficiária de pagamentos, quanto aos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária.

Outras melhorias em painéis e dados foram incorporadas ao Portal da Transparência do RS:

- Repasse aos beneficiários. Disponibilização dos dados de repasse de beneficiários no portal de dados abertos;

- Serviços e consumos. Relatório de serviços e consumos. Disponibilização dos dados do relatório de serviços e consumos, no portal de dados abertos;
- Relatório de diárias. Alteração de estrutura do relatório de diárias incluindo filtro dinâmico de datas;
- Despesa extraorçamentária. Disponibilização dos dados de despesa extraorçamentária no portal de dados abertos;
- Disponibilização de dados do relatório de repasse de verbas no portal de dados abertos;
- Ajuste no relatório de despesa detalhada com inclusão da Ação Programática e Iniciativa;
- Criação da página de glossário e a inclusão da central de atendimento no rodapé fixo;
- Nova pesquisa de receita orçada;



As páginas do Portal da Transparência tiveram mais de 2,5 milhões de visualizações em 2022. Quatro páginas, a maioria de informações sobre despesas, respondem por mais de 80% das visualizações no período.

Sobre

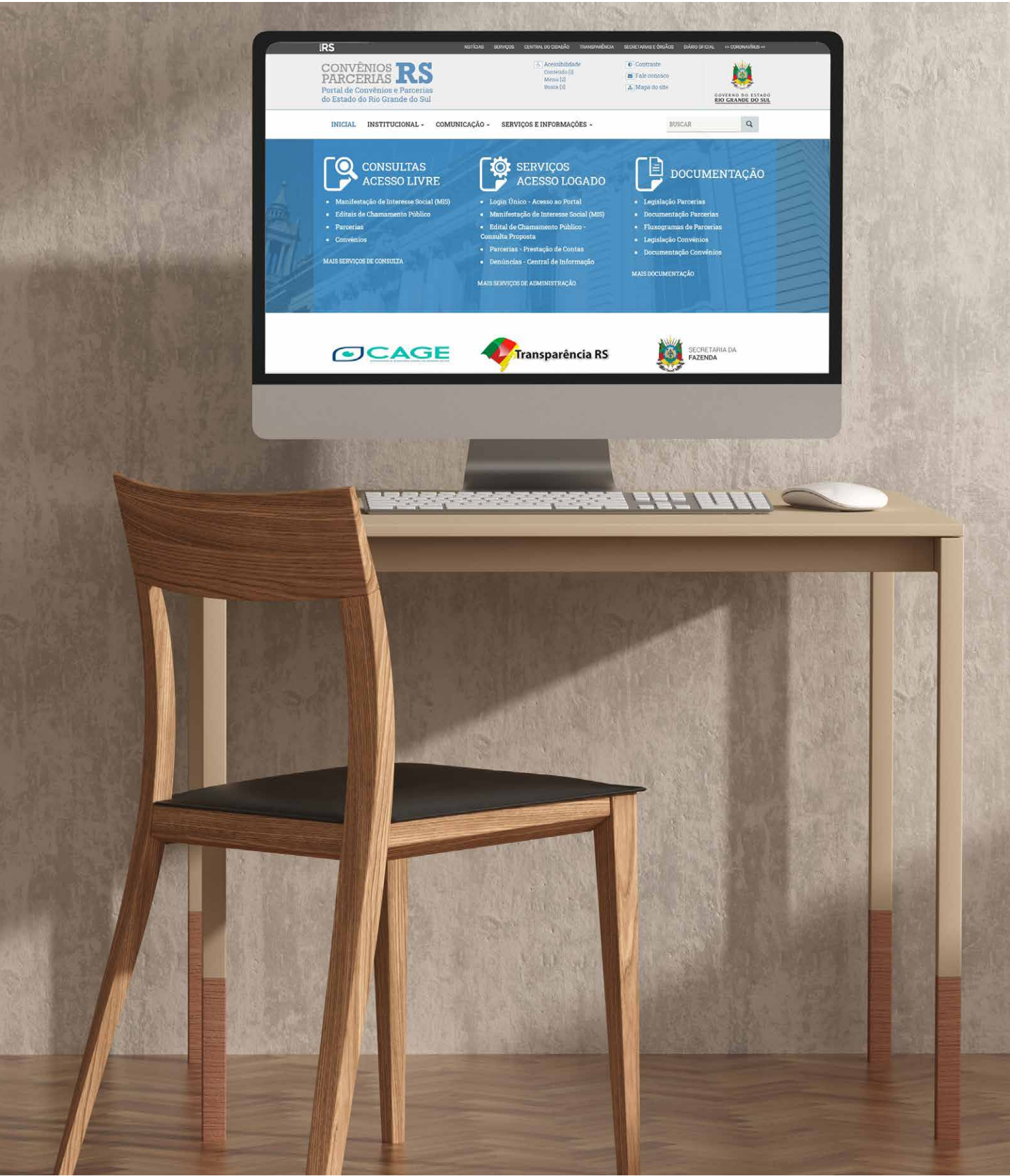
O Portal da Transparência exibia apenas as diárias convencionais, ou seja, que possuem os dados de origem, destino, data, credor e valores. Existem outras rubricas, na base de transações que são relativas as diárias e que não possuem as informações complementares, possuem apenas data e valor. Essas passam a ser mostradas no Portal.



Portal Convênios e Parcerias RS

O Portal Convênios e Parcerias RS é uma ferramenta de gestão que sistematiza as informações sobre convênios e parcerias celebradas pelo Estado, por meio de suas secretarias e entidades, com municípios e organizações da sociedade civil. Neste exercício, o Portal recebeu mais de 26 mil acessos (sessões abertas). A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Cage é responsável pelo gerenciamento da ferramenta que, além de oferecer serviços de administração restritos ao usuário com login e senha e aba para acesso a documentos e legislações específicas, também dispõe de espaço livre para consultas sobre editais de chamamento público, parcerias e convênios, entre outras opções. No exercício 2022 foi desenvolvido projeto que visa implantar ferramenta de Monitoramento e Prestação de Contas de Convênios no Portal. No período foram publicados 19 Editais de Chamamento Público.

PÁGINA	VISUALIZAÇÕES POR PÁGINA	PORCENTAGEM DE VISUALIZAÇÕES POR PÁGINA
Inicial	26.897	39,07
Prestação de Contas Parcerias	12.082	17,55%
Consultar parcerias firmadas	11.944	17,35%
Consultar chamamento	2.368	3,44%
Parcerias	2.159	3,14%



Convênios e Parcerias RS

No exercício, foram celebradas e cadastradas no sistema 106 parcerias. Juntas elas somam **R\$ 28.875.052,79** em recurso descentralizado e destinado para execução dos seguintes programas que mais receberam investimentos:

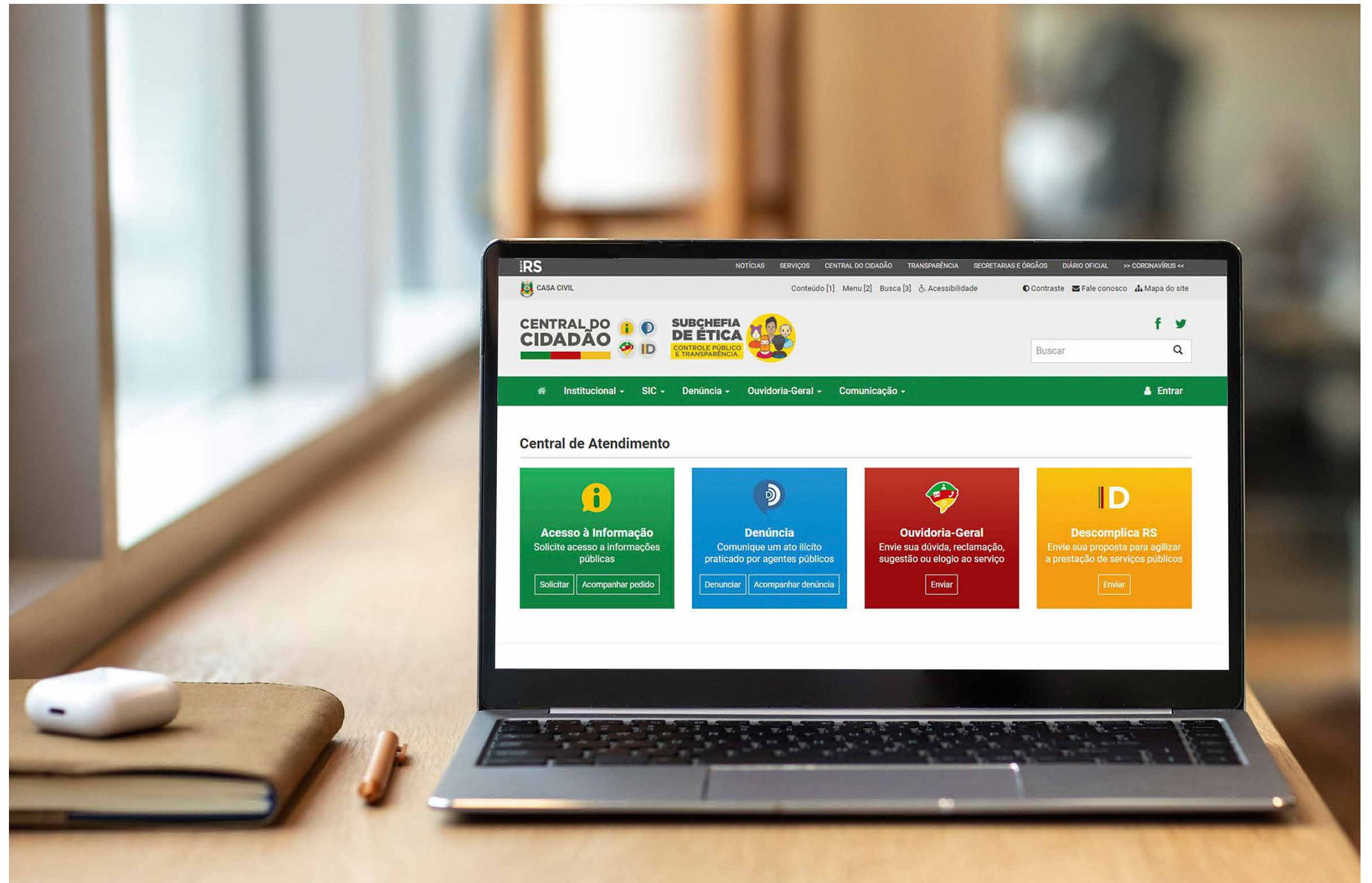
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PARCEIRO	PROGRAMA
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	Coprel Coop de Energia	Fortalecimento e Inovação do Setor Energético - Pró - Energia RS
Secretaria do Esporte e Lazer	Associação de Desenvolvimento Social do Norte	Fomento e Promoção do Esporte
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	Coop. de Distribuição de Energia de Teutônia–Certel Energia	Fortalecimento e Inovação do Setor Energético - Pró - Energia RS

Os três maiores convênios assinados em 2022:

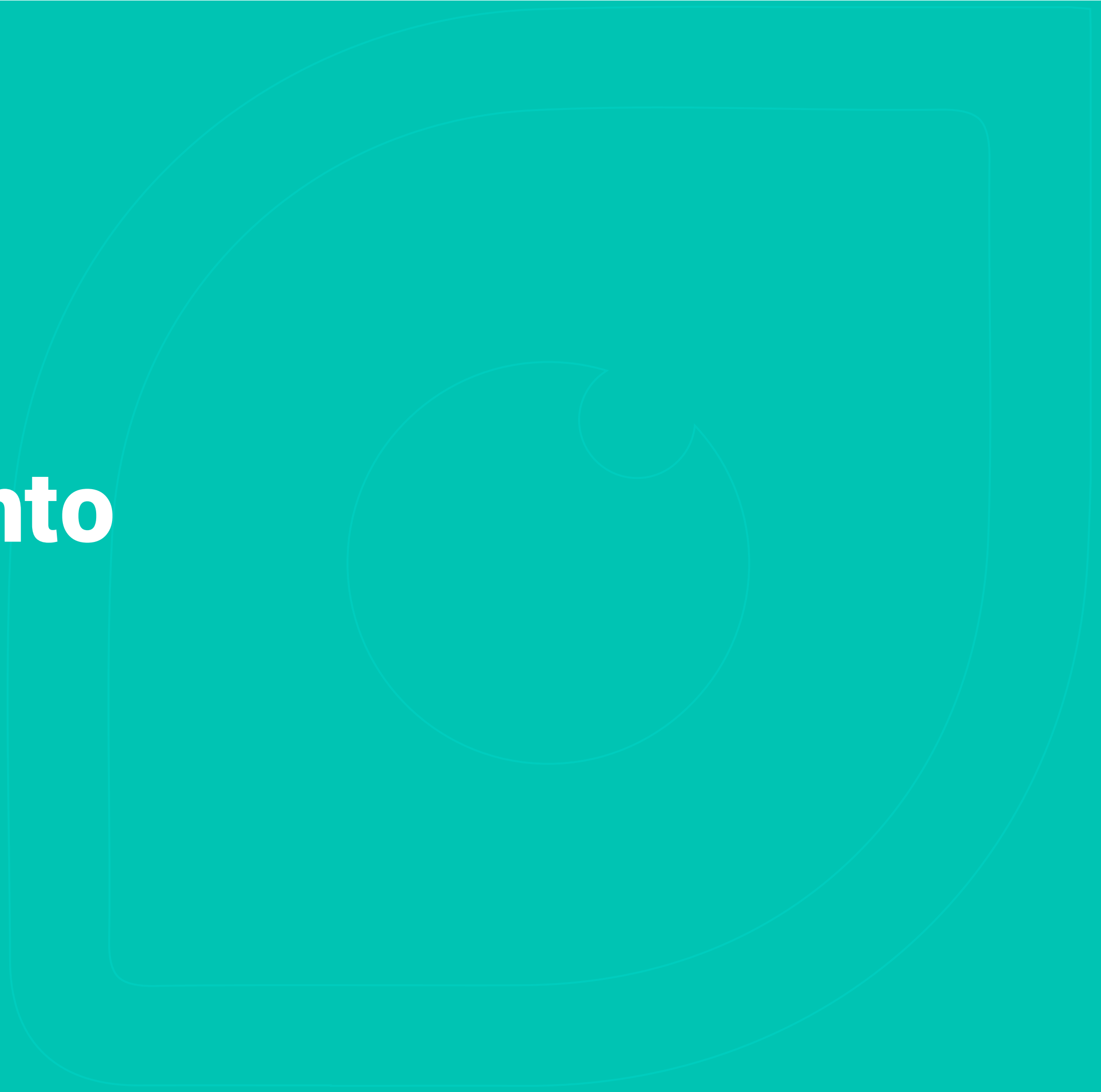
ESTADO	CELEBRANTE DO CONVÊNIO	OBJETO OU PROGRAMA
Secretaria da Saúde	Irmandade Santa Casa Misericórdia Porto Alegre	Melhoria do Acesso aos Serviços de Saúde
Secretaria de Obras e Habitação	Município de Pelotas	Ações Habitacionais
Secretaria de Turismo	Município de Canoas – RS	Turismo Sustentável

Lei de Acesso à Informação

No exercício foram atendidas 20 demandas de acesso à informação por meio do endereço eletrônico www.centraldeinformacao.rs.gov.br/inicial. A atribuição compete ao gestor da Cage responsável por assuntos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI). Na condição de representante da Secretaria da Fazenda, a Cage participou de cinco reuniões da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI/RS), a quem compete decidir, no âmbito da administração pública estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, e avaliar recursos de interessados que não tiveram atendidas as suas solicitações.



Pessoas e Conhecimento



Pessoas

O quadro de pessoal da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) é formado por **220** colaboradores, entre servidores, cargos em comissão, terceirizados e estagiários. No comparativo com o ano de 2021, houve um acréscimo de 9 profissionais. A maioria, o equivalente a 73,6% dos colaboradores, está lotado nas Divisões de Controle da Administração Direta e de Controle da Administração Indireta.

Os servidores estão divididos em três cargos principais:

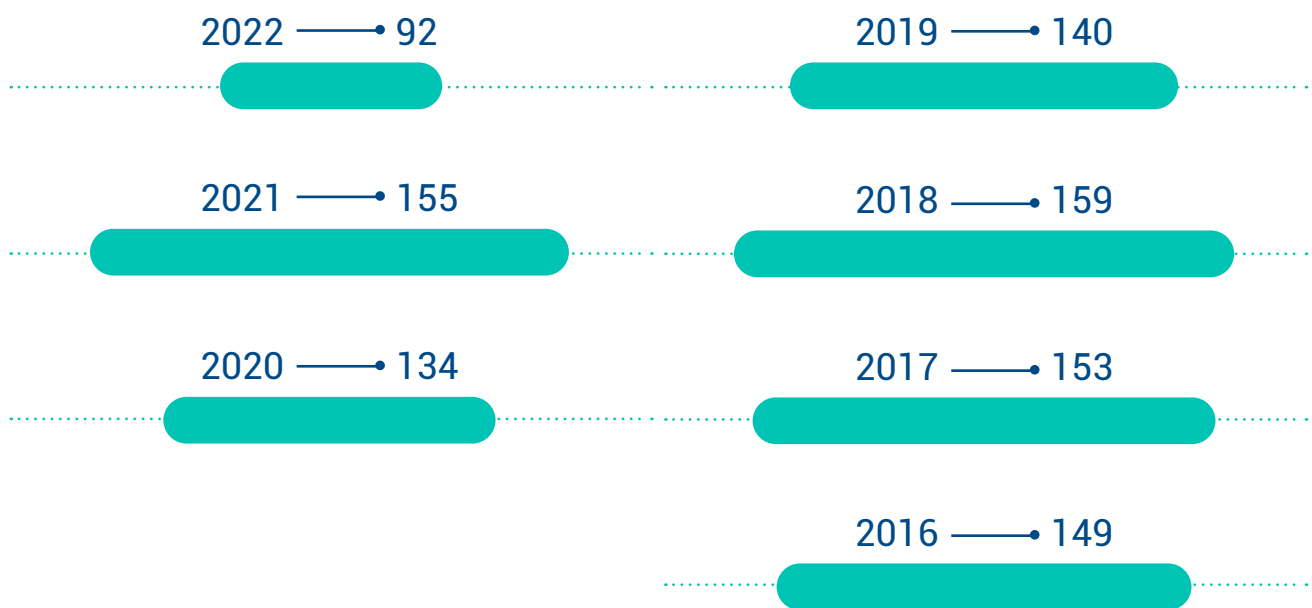
Auditor do Estado (AE)	Auditor-fiscal da Receita Estadual (AFRE)	Técnico-tributário da Receita Estadual (TTRE)	Assistente Administrativo Fazendário (AFA)
92	18	52	02

ÁREA	SERVIDORES	TERCEIRIZADOS	ESTAGIÁRIOS	CARGOS EM COMISSÃO	TOTAL	%
Divisão de Controle da Administração Direta	95	31	2	1	129	58,6%
Divisão de Controle da Administração Indireta	27	6	0	0	33	15%
Divisão de Tecnologia da Informação	14	4	0	0	18	8,2%
Gabinete da Cage	9	2	0	0	11	5%
Divisão de Estudos e Orientação	8	4	0	1	13	6%
Divisão de Informação e de Normatização Contábil	8	0	0	0	8	3,6%
Divisão de Informações Estratégicas	7	1	0	0	8	3,6%
Total	168	48	2	2	220	100%

Evolução do quadro

A Lei Orgânica da Cage (Lei Complementar nº 13.451/2010) prevê um quadro de pessoal formado por 170 auditores. Em 2022, a taxa de vacância do quadro de pessoal da Cage foi de 46%.

Total:



Cargo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Auditor do Estado	47	58	76	74	69	84	92*

*A Lei Orgânica da Cage, atualizada em 2021, determinou que a carreira de Auditor do Estado, de que trata o § 1.º do art. 76 da Constituição do Estado, será composta pela transformação de 170 (cento e setenta) cargos de Agente Fiscal do Tesouro do Estado. Com a mudança, o quadro de pessoal da Cage passou a ser legalmente constituído somente pelo cargo de Auditor do Estado (AE). Em razão disso, a evolução do quadro, a partir deste Relatório de Atividades, será medida considerando somente o cargo de AE.

Reposição do quadro de pessoal

A equipe da Cage foi reforçada com o ingresso de 12 auditores do Estado em 2022. No período de 2 a 24 de maio, o grupo de novos servidores foi capacitado no módulo específico do programa de formação da Cage, constituído das seguintes etapas:

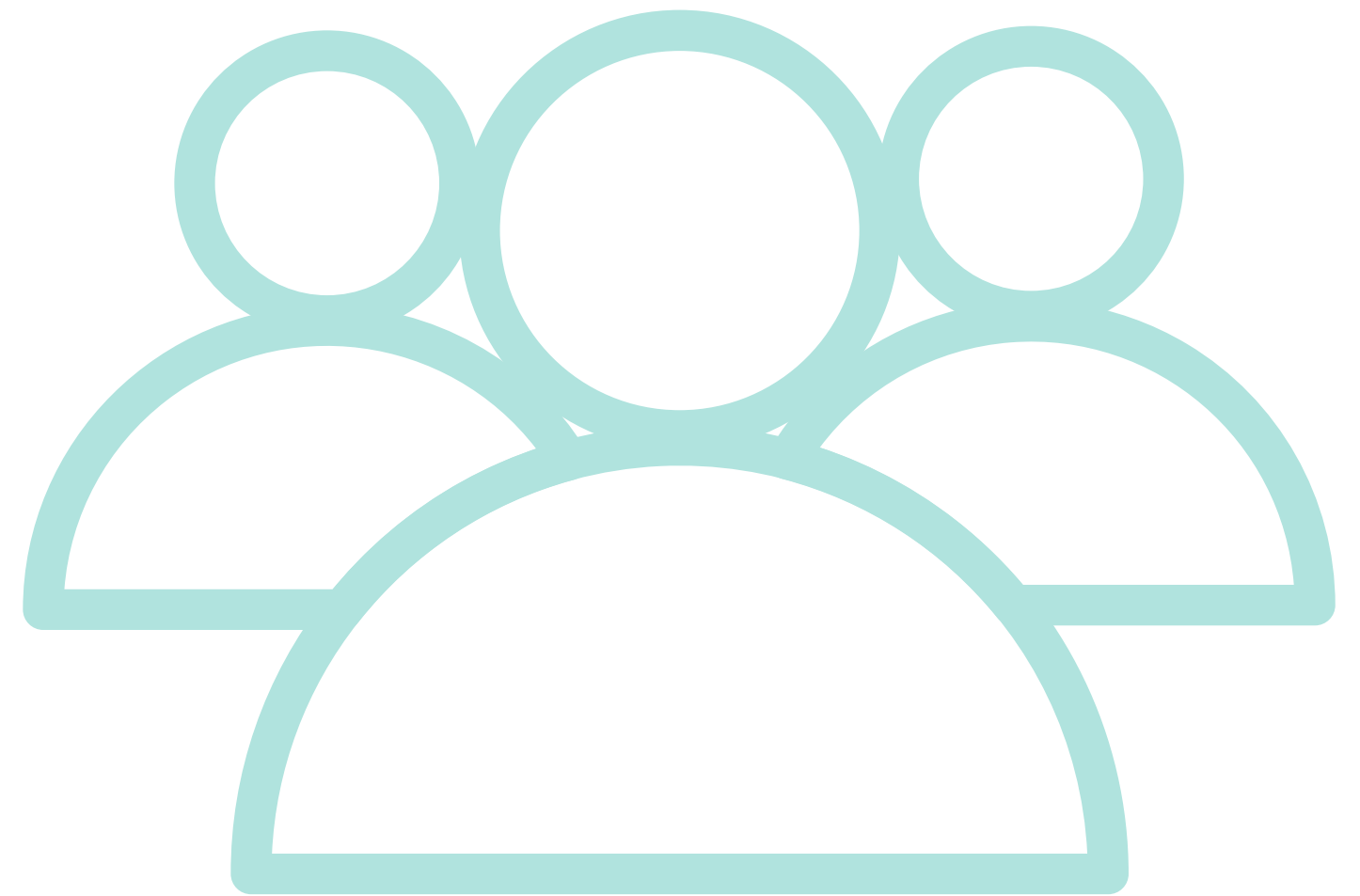
- Recepção da Equipe Diretiva da Cage e das assessorias especializadas;
- Apresentação institucional e abordagem geral da estrutura e das atividades desempenhadas;
- Palestra sobre os princípios da administração pública ministrada pelo professor adjunto de Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Aragon Érico Dasso;
- Revezamento das equipes das seis Divisões da Cage na execução do programa, que consistiu na apresentação das bases teóricas, das atribuições, das suas estruturas individuais e das respectivas atividades realizadas;
- Apresentação dos sistemas e dos principais produtos e projetos em andamento, do portfólio de documentos emitidos e dos processos de auditoria;
- Realização de dinâmicas, como quiz, exibição de cases para solução de problemas em andamento e estudos de casos concretos;
- Entrevista com os novos auditores, conduzida pelo Gabinete (contador e auditor-geral, adjuntos e assessoria)

Perfil dos novos AEs

O grupo dos novos auditores é formado por duas mulheres e dez homens, com idade média de 37 anos. Se considerarmos as graduações concluídas, a maioria dos novos auditores - cinco no total - é formada em Ciências Contábeis. Os demais têm formação em Administração e Ciências Econômicas.

Mais servidores

Ingressaram ainda no quadro de pessoal da Cage dois TTREs e duas assistentes administrativas Fazendárias (AFAs).

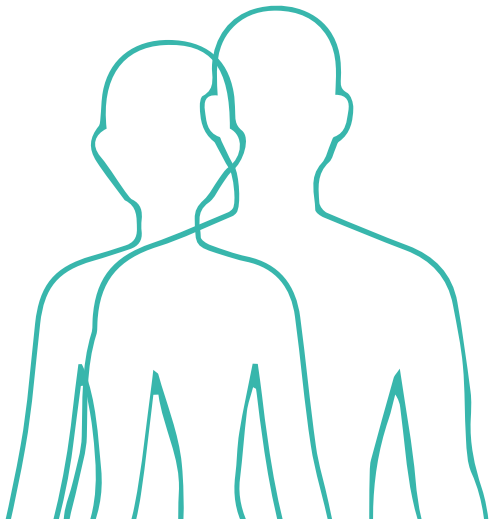


Auditores da Cage

GÊNERO

85%
HOMEM

15%
MULHER



TEMPO NA CAGE

35%
ATÉ 4 ANOS

42%
MAIS DE 4 ATÉ 8 ANOS

12%
MAIS DE 8 E ATÉ 12 ANOS

11%
MAIS DE 12 ANOS

IDADE

ATÉ 30 ANOS



MAIS DE 30 ATÉ 40 ANOS



MAIS DE 40 ATÉ 50 ANOS



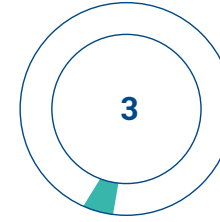
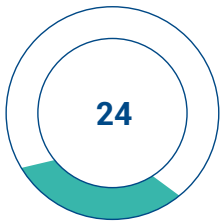
MAIS DE 50 ATÉ 60 ANOS



MAIS DE 60 ANOS



FORMAÇÃO



- 54 CONTABILIDADE
- 24 ADMINISTRAÇÃO
- 17 ECONOMIA
- 11 DIREITO
- 7 OUTROS
- 3 ENGENHARIA

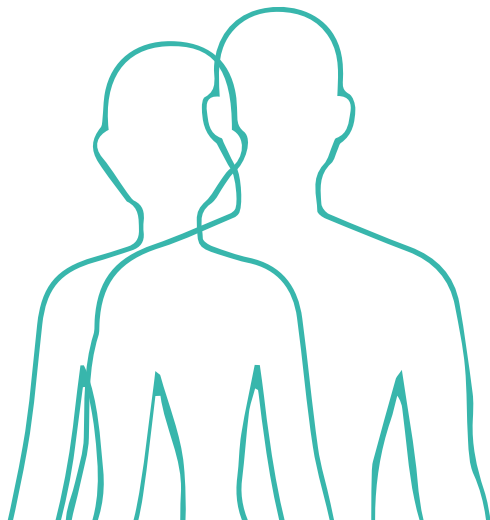
24 AUDITORES (22%)
possuem mais de
uma graduação

Técnicos da Cage

GÊNERO

63%
HOMEM

37%
MULHER



TEMPO NA CAGE

24%
ATÉ 4 ANOS

12%
MAIS DE 4 ATÉ 8 ANOS

64%
MAIS DE 12 ANOS

IDADE

ATÉ 30 ANOS



MAIS DE 30 ATÉ 40 ANOS



MAIS DE 40 ATÉ 50 ANOS



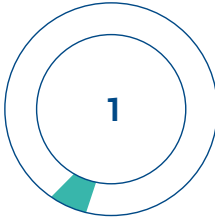
MAIS DE 50 ATÉ 60 ANOS



MAIS DE 60 ANOS



FORMAÇÃO



- 21 OUTROS
- 11 CONTABILIDADE
- 11 ADMINISTRAÇÃO
- 7 ENGENHARIA
- 1 ECONOMIA

10 TÉCNICOS
(20%) possuem
mais de uma
graduação

Capacitação

Por meio da capacitação contínua do seu quadro de pessoal, a Cage realiza o desenvolvimento humano e organizacional, o qual constituiu um dos pilares estratégicos da gestão. Em 2022, **126** servidores, o correspondente a **78%** do quadro efetivo do Órgão, participaram ao menos de um dos **109** cursos de capacitação (22 a mais do que o oferecido no ano anterior) distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento:



Controle Interno e Auditoria	TI e Ciência de Dados	Outros	Contabilidade e Finanças Públicas
32	15	14	15
Gerencial	Integridade e Combate à Corrupção	Direito	Inovação e Governo Eletrônico
12	10	7	4

9700 Horas de Capacitação

77 horas em média de capacitação por servidor

Capacitação Interna

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) da Cage realizou quatro encontros virtuais para Capacitação e Transmissão de Conhecimento (CTC), em 2022, com média de público de 22 participantes por evento. Destacando-se a 64ª edição da CTC, sobre o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental da Cage, que foi assistida por mais de 60 servidores do Órgão.



62ª CTC - Março

Abordagem: Demonstração das funcionalidades dos sistemas CAGE Gerencial e MINA.

Palestrantes: auditores da Divisão de Informações Estratégicas (DIE) – Felipe Augusto Muller Thiesen, Michel de Oliveira Vasconcelos e Wagner Ramos Ribeiro.

63ª CTC - Junho

Abordagem: Nova Lei de Licitações.

Palestrante: auditor da Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) - Ednaldo Tavares Rufino Filho.

64ª CTC - Setembro

Abordagem: Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental da Cage. Palestrante: auditor da DCI, Francisco José Ferreira Gomes

65ª CTC - Dezembro

Abordagem: Utilização de Ferramentas de Dados em Auditoria - case IPE Saúde.

Palestrante: auditor da DCI, Cleber Ferreira de Lima

Transmissão de Conhecimento e Eventos

No período, as Divisões da Cage apoiaram, promoveram e/ou participaram de atividades voltadas à capacitação do público interno e externo e de eventos institucionais e interinstitucionais, com destaque para:

Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

Atuação: representando o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ), auditor da DNC participa como membro titular, na CTCONF, que é responsável por subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais que baseiam a consolidação das contas públicas referidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Foro dos Contadúrias Gubernamentales da América Latina (FOCAL)

Atuação: participação de auditor da DNC como convidado do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no FOCAL, que é uma rede permanente que busca promover a troca de experiências e de boas práticas entre os países, para o desenvolvimento da contabilidade pública, em especial no que se refere à adoção das normas internacionais, as IPSAS.

Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC)

Treinamento dos novos auditores do Estado
Apresentação das iniciativas desenvolvidas pela DNC e a realização de atividades por meio de dinâmicas de grupo.

Evento Preparatório de Encerramento do Exercício de 2022

Histórico: promovido anualmente pela DNC, a edição de 2022 contou com mais de 115 participantes, entre servidores da Cage e contadores de autarquias e fundações do Estado.

Divisão de Controle da Administração Direta (DCD)

Palestra: **Reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de obras e serviços de engenharia**

Palestrante: auditor da DCD
Março

Treinamentos sobre fiscalização de contratos para servidores do Corpo de Bombeiros Militar e da Brigada Militar

Palestrante: auditor da DCD
Agosto

O papel da Cage e o apoio aos gestores e fiscais de contratos

A palestra fez parte do 1º Encontro de Formação Continuada para Gestores e Fiscais de Contratos da SPGG

Palestrante: auditor da DCD
Setembro

Palestra sobre a Portaria de Encerramento de Exercício no Fórum de Diretores Administrativos

Palestrante: auditor da DCD
Outubro

Treinamento sobre nova sistemática de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Jurídica

Palestrante: auditor da DCD
Novembro

Transmissão de Conhecimento e Eventos

Divisão de Estudos e Orientação (DEO)

1. Projeto Escola Íntegra

Objetivo: apresentação do Projeto e disseminação da cultura da integridade nas escolas públicas do Estado, situadas em Porto Alegre.

2. Evento com agentes da Cage e da PGE

Objetivo: disseminar o papel das instituições na aplicação da Lei Anticorrupção

3. Evento promovido pelo IPE SAÚDE

Objetivo: a DEO foi convidada pelo Instituto para falar aos seus servidores a respeito da temática da integridade.

Divisão de Tecnologia da Informação (DTI)

1. Capacitação Sistema FPE

Implantação no sistema FPE da Fase de Análise das Prestações de Contas das Parcerias para os Órgãos Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, Secretaria de Turismo - SETUR, Secretaria de Esporte e Lazer - SEL, Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social - SICDHAS e a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo - SJSPS.

2. Capacitação Sistema SISACF

Treinamento no Sistema de Avaliação de Capacidade Financeira - SISACF para o Tribunal de Justiça do Estado.



Grupos de Trabalho (Internos)

Os servidores da Cage participam formalmente de 28 Grupos de Trabalho em atividade no âmbito da Secretaria da Fazenda. Desses, sete foram instituídos em 2022, sendo que três tiveram origem na Cage e tratam de temas como: Guia de Documentos (GT), Transferências Voluntárias (GT) e Implementação do Programa de Integridade (Comitê).

Comissão de Controle de Uso de Veículo Particular da Secretaria da Fazenda

Finalidade: administrar e orientar acerca dos acordos para uso de veículo de que trata a Instrução Normativa nº 04/2021, da SPGG. Executar as atribuições constantes no art. 3º e no § 2º do art. 6º da Instrução Normativa nº 04.

Grupo Gestor da Transparência - Cage

Finalidade: responsável por ações que envolvam princípios de Transparência e Controle Social no âmbito da Cage.

Grupo de Governança de TIC Local

Finalidade: definir estratégias, diretrizes e orientações para a aplicação da Política de TIC, bem como determinações e recomendações para o desenvolvimento das ações de TIC de forma integrada e sistêmica no âmbito da Sefaz.

Conselho Superior da Cage

Finalidade: competências relacionadas na LC 13.451, Art. 8º

GT Plano Cage

Finalidade: prestar apoio à equipe diretiva da Cage no que se refere ao Planejamento Estratégico.

Comissão de Avaliação do Estágio Probatório dos Auditores do Estado

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados ao Estágio Probatório dos Auditores do Estado.

Comissão de Promoções da carreira de Auditor do Estado

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados às promoções da carreira de Auditor do Estado.

Comitê de Controle da Secretaria da Fazenda

Finalidade: avaliar, registrar e propor as necessárias medidas à execução da Lei Complementar nº 10.933/1997 (PPE).

GT EFD-Reinf

Finalidade: implantar a EFD-Reinf no Estado do Rio Grande do Sul.

Comitê de Controle e Acompanhamento das Gratificações de Substituição

Finalidade: orientar e uniformizar procedimentos acerca das gratificações de substituição.

Grupos de Trabalho (Internos)

GT BI - Business Intelligence

Finalidade: alinhar esforços para implantação e melhoria nos serviços de Big Data, Business Intelligence, Machine Learning, Inteligência Artificial e tecnologias relacionadas.

Grupo Operacional de Tecnologia da Informação

Finalidade: tratar de assuntos operacionais de Tecnologia da Informação no âmbito da Sefaz.

Comissão de Promoções da carreira de Auditor-Fiscal da Receita Estadual

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Auditores-Fiscais da Receita Estadual.

Comissão de Promoções da carreira de Técnicos-Tributários da Receita Estadual

Finalidade: deliberar sobre assuntos relacionados às Promoções da carreira de Técnicos-Tributários da Receita Estadual.

GT Cartão de Pagamento

Finalidade: elaborar e propor projeto com vistas à implantação do uso de cartão de pagamento, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado.

Comissão Setorial do Estágio Probatório da Secretaria da Fazenda

Finalidade: aplicar os procedimentos de avaliação e acompanhamento do estágio probatório dos servidores do quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Fazenda.

Comitê de Priorização de Projetos de TI

Finalidade: avaliar e deliberar acerca da prioridade de execução dos projetos de TI que compõem o portfólio do Órgão.

Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis da Secretaria da Fazenda

Finalidade: bens imóveis inservíveis da Administração Pública Estadual.

GT Nova Lei de Licitações e Contratos

Finalidade: realizar estudos sobre a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, denominada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, objetivando elaborar plano de ação relativo à implementação das normas e seus impactos nas atividades da Cage.

GT Projeto APERS-PNUD

Finalidade: levantar subsídios para a reestruturação do Plano de Classificação de Documentos (PCD) e da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Grupos de Trabalho (Internos)

Comitê Consultivo da Ação Receita Certa

Finalidade: deliberar sobre definições de critérios de apuração do incremento real da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS e de resolver casos omissos relacionados com a execução dessa ação.

Comitê de Gestão de Pessoas da SEFAZ

Finalidade: formular e estabelecer as políticas e diretrizes de gestão de pessoas, alinhadas às orientações do planejamento estratégico desta Secretaria.

Grupo de Governança da SEFAZ

Finalidade: definir estratégias, diretrizes e orientações para a aplicação da Política de TIC, bem como determinações e recomendações para o desenvolvimento das ações de TIC de forma integrada e sistêmica.

Comissão para destinação de bens inventariados

Finalidade: estudar o destino a ser dado aos bens inventariados e que se encontram na tesouraria da Secretaria da Fazenda.

GT IDP - Inventário de Dados Pessoais

Finalidade: criar e atualizar o Inventário de Dados Pessoais - IDP e realizar demais atividades relacionadas a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no âmbito da Sefaz.

GT Guia de Documentos

Finalidade: proceder à implementação e às respectivas atualizações do Guia de Elaboração, Tramitação e Expedição de Documentos e Processos de que trata o art. 33 da Instrução Normativa CAGE Nº 6, de 31 de outubro de 2022, com vistas a estabelecer procedimentos uniformes no âmbito da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

GT Transferências Voluntárias

Finalidade: estabelecer procedimentos uniformes de controle necessários à gestão e à operacionalização dos ajustes celebrados pela Administração Pública Estadual, sob a modalidade de transferências voluntárias.

Comitê de Implementação do Programa de Integridade

Finalidade: coordenar, orientar e treinar os agentes públicos da CAGE acerca das questões inerentes ao programa de integridade e de trabalhar continuamente no aprimoramento da metodologia para auxiliar os demais órgãos e entidades do Estado na implementação de seus respectivos programas.

Grupos de Trabalho (Externos)

No âmbito estadual e nacional, servidores da Cage integram, na condição de membros ou representantes, **27 colegiados**, sendo que seis foram instituídos no Estado em 2022. São três Comitês, dois Grupos de Trabalho e um Grupo Técnico.

CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno

Finalidade: desenvolvimento de uma atuação mais eficaz no controle da gestão pública.

GT SGO - Sistema de Gestão de Obras

Finalidade: apoiar e viabilizar a implantação do Sistema de Gestão de Obras - SGO, na Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano - SOP.

CMRI/RS - Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Rio Grande do Sul

Finalidade: decidir, no âmbito da Administração Pública Estadual, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas entre outras competências.

GA NBCASP/CFC - Grupo Assessor de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Finalidade: convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

CETIC - Comitê Executivo de Tecnologia de Informação e Comunicação

Finalidade: executar as ações deliberadas pelo CGTIC, incluindo competências delegadas, consolidar e gerar insumos técnicos para o CGTIC e analisar as demandas dos GGTICs quanto à conformidade aos padrões de TIC e notas técnicas.

GT Gestão de Compras do Estado

Finalidade: dar suporte à implantação do Sistema Gestão de Compras do Estado - GCE.

CTCONF - Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação

Finalidade: subsidiar a elaboração, pela Secretaria do Tesouro Nacional, das normas gerais relativas à consolidação das contas públicas.

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

Finalidade: assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes estabelecidas no Decreto 49.111 de 2012.

GEFE/RS - Grupo Estadual de Educação Fiscal

Finalidade: trabalhar no estado a conscientização da função social do tributo, a participação do cidadão, o controle social e a transparência, mostrando a relação direta que há entre tributos e os serviços prestados.

GTCN/RS - Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul

Finalidade: promover a integração de esforços e a discussão de medidas que possibilitem a adaptação da contabilidade pública estadual.

Grupos de Trabalho (Externos)

GT Lei 15.228/2018 (Lei Anticorrupção)

Finalidade: proceder estudos com vistas à regulamentação da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018.

CIT - Comitê Integrado de Transparência (integrante do Sistema de Governança e Gestão)

Finalidade: deliberar sobre as políticas de transparência governamental do Estado do Rio Grande do Sul.

Comitê Módulo GCP

Finalidade: implantação e de Manutenção do Módulo de Gestão de Contratos Públicos (GCP) do Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) - Grupo Gestor de Projetos.

Programa SUSTENTARE

Finalidade: tratar da destinação e do descarte de ativos eletroeletrônicos de órgãos e de entidades do RS.

Grupo Interinstitucional Contratações Emergenciais COVID-19

Finalidade: realizar levantamento de dados relacionados a contratações emergenciais, a doações e a demais ações vinculadas ao COVID-19, para fins de Transparência.

GT Serviços de Limpeza

Finalidade: atualizar a Ordem de Serviço nº 10/2008 que estabelece os critérios de produtividade para a contratação de serviços terceirizados de limpeza, higienização e conservação no Estado do RS.

GT Lei nº 15.612 - Processo Administrativo RS

Finalidade: elaborar proposta de regulamentação da Lei nº 15.612, de 06 de maio de 2021, que dispõe sobre o processo administrativo no Estado do RS, instituído pela Ordem de Serviço do Governador nº 008/2021.

Grupo Temático Inteligência e Governança de Dados

Finalidade: facilitar o compartilhamento e a interoperabilidade de dados entre os órgãos do Poder Executivo estadual e entre outras instituições públicas ou privadas.

GT Compensação Financeira FAS/RS

Finalidade: aprofundar as discussões relativas à compensação financeira do Fundo de Assistência à Saúde – FAS/RS.

Comissão de Responsabilização da Pessoa Jurídica

Finalidade: integrar e auxiliar as Comissões Processantes do procedimento preliminar de investigação e do processo administrativo de responsabilização.

Grupos de Trabalho (Externos)

Comitê de revisão de modelos-padrões de editais de licitação e contratos

Finalidade: propor ao Procurador-Geral do Estado a revisão, a inclusão ou a exclusão de modelos-padrão de editais de licitações, de compras públicas em geral, de termos de contratos e de outros instrumentos complementares, no âmbito da administração pública estadual com o objetivo de revisar o Decreto 54.273, de 10 de outubro de 2018, bem como propor nova sistemática para implantação e atualização dos modelos-padrões de editais de licitação e contratos.

Comitê Gestor de Regulamentação e Implementação da Lei Federal nº 14.133

Finalidade: centralizar e supervisionar as propostas de regulamentação e de implementação, no âmbito da administração pública estadual, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.

GT Dados Abertos

Finalidade: desenvolver iniciativas voltadas ao fomento da Política de Dados Abertos na administração pública estadual, conforme previsão constante no Projeto Estratégico denominado “Fomento da Política de Dados Abertos e dos Conjuntos de Dados do Portal Dados RS” previsto no Acordo de Resultados 2022, da Secretaria da Casa Civil.

Comitê BIM

Finalidade: implementar a estratégia BIMGov-RS e gerenciar suas ações.

GTEC-BIM

Finalidade: assessorar tecnicamente o Comitê Gestor da Estratégia BIMGov-RS no desempenho de suas funções.

GT Aquisições Gêneros Alimentícios Susepe

Finalidade: avaliar a possibilidade de aquisições públicas de gêneros alimentícios da agricultura familiar, por meio de suas entidades organizadas, para o abastecimento contínuo da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Sobre

Os Grupos de Trabalho promovem, principalmente, a interação e troca de conhecimento, e, deliberam sobre soluções e inovações com o propósito de qualificar o processo, a gestão e a transparência no uso do recurso público, através da implantação ou modernização de normativos, do aprimoramento de sistemas, de ferramentas de controle e da tecnologia da informação e comunicação. São formações permanentes e transitórias, em que servidores participam na condição de membros titulares e suplentes ou como representantes de órgãos e/ou instituições das esferas estaduais e federais

Cage presente e futuro

No encerramento de um ciclo de gestão, muitas celebrações e reflexões marcaram a transição para o próximo período, com um manifesto sentimento geral de que a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado desempenhou com louvor o papel que as Constituições Federal e Estadual lhe outorgaram.

O quadriênio findo em 2022 foi marcado por intensas ações governamentais, a começar pelas reformas administrativa e previdenciária, passando pela tributária, e prosseguindo com privatizações e concessões de grande relevo, que propiciaram o alcance de um inédito ajuste fiscal e, passo seguinte, uma expressiva retomada dos investimentos. Na esteira desses avanços, o Governo do Estado também logrou ampliar e qualificar a prestação de serviços públicos, bem como elevar significativamente o montante de recursos destinados a contribuições, auxílios e subvenções. A regular e efetiva execução dessa Agenda demandou enorme atenção e esforço da Cage, tanto em ações de apoio e orientação, quanto de controle.

Assim é que, ao tempo de examinar um crescente volume de novos processos e operações, este Órgão também conseguiu desenvolver projetos estruturantes de grande importância para o fortalecimento do controle interno estadual, como bem ilustram a presente e as anteriores edições do seu Relatório de Atividades. E aqui cabe destaque àqueles que compuseram o portfólio do Acordo de Resultados firmado junto ao Governo, que visaram:

- à regulamentação e definição dos fluxos de trabalho para a plena efetividade da Lei Estadual Anticorrupção;
- à disponibilização do novo Portal de Transparência Unificado do Estado;
- à aplicação da ciência de dados para o controle automatizado e inteligente das transações dos órgãos e entidades estaduais; e
- à qualificação da informação contábil e fiscal.

Em suma, há que se fazer o registro de quem teve o privilégio de acompanhar as diversas entregas, estrategicamente pensadas para proteger e adicionar valor à gestão do Estado, bem como para favorecer, em seus domínios, o pleno exercício da cidadania: tudo foi possível graças ao entusiasmo, à determinação e ao apuro técnico com que as equipes da Cage conduziram suas atividades e projetos.

É com base nessa profícua jornada, aliado aos esforços para intensificar a adoção das melhores práticas e padrões internacionais em todas as suas macrofunções, que se pode crer estar a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado experimentando um círculo virtuoso, condição tão necessária para que possa continuar correspondendo às expectativas de uma sociedade cada vez mais exigente.

Rogério da Silva Meira,

Contador e auditor-geral do Estado



